



Relatório n.º 9/2016-FS/SRMTC

**Verificação Externa à Conta da Secção Regional
da Madeira do Tribunal de Contas
(Cofre Privativo) - 2015**

Processo n.º 01/16 - VEC

Funchal, 2016



PROCESSO N.º 01/16 – VEC

**Verificação Externa à Conta da Secção Regional
da Madeira do Tribunal de Contas**

(Cofre Privativo)

Gerência de 2015

RELATÓRIO N.º 9/2016-FS/SRMTC

SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS

Março/2016



Índice

Índice	1
Ficha técnica	2
Relação de siglas e abreviaturas	2
1. SUMÁRIO.....	3
1.1. INTRODUÇÃO	3
1.2. CONCLUSÕES	3
2. CARACTERIZAÇÃO DA AÇÃO	5
2.1. FUNDAMENTO, ÂMBITO E OBJETIVOS.....	5
2.2. METODOLOGIA	5
2.3. RESPONSÁVEIS	6
2.4. GRAU DE COLABORAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	6
2.5. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	6
2.6. AUDIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	7
3. RESULTADOS DA VERIFICAÇÃO DA CONTA.....	9
3.1. FLUXOS FINANCEIROS DA GERÊNCIA.....	9
3.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS NO BIÉNIO	10
3.3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	11
3.3.1. Balanço	11
3.3.2. Demonstração de resultados.....	12
4. DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA	13
5. CONCLUSÕES	13
5.1. CONCLUSÕES DA EMPRESA DE AUDITORIA.....	13
5.2. CONCLUSÕES DA VERIFICAÇÃO EXTERNA.....	14
6. EMOLUMENTOS.....	14
7. DETERMINAÇÕES FINAIS	14
ANEXOS	17
I - Balanço – 2014/2015	19
II - Demonstração de Resultados – 2014/2015.....	21
III - Relatório de Auditoria da ABC-SROC, Lda.	23
IV - Relatório de Conclusões e Recomendações da ABC-SROC, Lda.	25
V – NOTA DE EMOLUMENTOS E OUTROS ENCARGOS	61

Ficha técnica

<i>SUPERVISÃO</i>	
Alexandra Moura	Auditora Chefe
<i>EQUIPA DE AUDITORIA</i>	
Andreia Freitas	Técnica Verificadora Superior
Isabel Gouveia	Técnica Verificadora Superior

Relação de siglas e abreviaturas

SIGLA	DESIGNAÇÃO
ABC-SROC, Lda.	ABC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Art.º	Artigo
CA	Conselho Administrativo
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CCP	Código dos Contratos Públicos
DL	Decreto-Lei
INTOSAI	<i>The International Organization of Supreme Audit Institutions</i>
ISSAI	<i>International Standards of Supreme Audit Institutions</i>
Lda.	Limitada
LOE	Lei do Orçamento de Estado
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
OE	Orçamento do Estado
PG	Plenário Geral
SRMTC	Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas
SS	Segurança Social
SSMJ	Serviços Sociais do Ministério da Justiça
TC	Tribunal de Contas
UAT	Unidade de Apoio Técnico
VEC	Verificação Externa da Conta



1. SUMÁRIO

1.1. INTRODUÇÃO

O presente relato contém os resultados da verificação externa à conta de gerência de 2015 do Cofre Privativo da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (SRMTC), doravante designado por Cofre-Madeira, realizada em observância do preceituado na al. b) do art.º 113.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)¹.

Refira-se que, em cumprimento do disposto na al. d) do art.º 113.º da LOPTC, as contas do Tribunal de Contas (TC), incluindo a conta do Cofre-Madeira, relativas à gerência de 2015, foram auditadas por uma empresa especializada, a *ABC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.* (ABC-SROC, Lda.)², cujos trabalhos foram objeto de revisão pelos auditores da SRMTC no âmbito da presente verificação externa, da qual se destacam as conclusões expostas no ponto seguinte.

1.2. CONCLUSÕES

A) ATIVIDADE FINANCEIRA

1. A *Receita Corrente* ascendeu a 571,8 mil euros, constituindo os *Emolumentos do TC*, com 533,7 mil euros, a principal fonte de financiamento do Cofre-Madeira, enquanto a *Despesa Corrente* atingiu um montante aproximado de 880,3 mil euros, em que as *Despesas com o Pessoal* (711,2 mil euros) representaram 79,5% dos pagamentos realizados na gerência de 2015 (cfr. o ponto **3.1**);
2. Em 2015 as despesas totais diminuíram 17,0% (menos 182,5 mil euros que em 2014) devido, sobretudo, à redução de 152,9 mil euros nas *Despesas com o Pessoal* (cfr. o ponto **3.2**).

B) PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO TRABALHO REALIZADO PELA ABC-SROC, LDA.

1. A ABC-SROC, Lda., analisou quatro procedimentos pré-contratuais desencadeados pela SRMTC, manifestando a opinião de que os mesmos se encontram em conformidade com o quadro normativo vigente (cfr. o ponto **5.1**).
2. Apontam, todavia, a necessidade de ponderar a submissão ao mercado do “*contrato de seguros nas modalidades de incêndio e multi-riscos para o novo edifício-sede*”, atendendo a que este se encontra a produzir efeitos desde janeiro de 2001 e o que sobre esta matéria preceitua a norma do art.º 16.º do Decreto-Lei (DL) n.º 18/2008, de 29 de janeiro, articulada com a do art.º 48.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

C) FIABILIDADE DA CONTA

1. Os trabalhos executados pela ABC-SROC, Lda., e pelas auditoras da SRMTC não evidenciaram questões materiais suscetíveis de questionar a legalidade e a regularidade das operações examinadas e a consistência, integralidade e fiabilidade das contas e das demonstrações financeiras do Cofre-Madeira (cfr. os pontos **5.1** e **5.2**);
2. A demonstração numérica a que se refere a al. c) do n.º 3 do art.º 54.º da LOPTC está apoiada nas demonstrações financeiras apresentadas (cfr. o ponto **5.2**);

¹ Aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 2/2012, de 6 de janeiro.

² Empresa contratada a 10 de dezembro de 2015 para prestar os serviços de auditoria financeira às contas do pretérito ano do TC relativas à Sede, às Secções Regionais e à conta consolidada.

- 3.** Em consequência, o TC, em consonância com a opinião emitida pela empresa de auditoria ABC-SROC, Lda., formula um juízo favorável sobre a conta de 2015 do Cofre-Madeira (cfr. o ponto **5.2**).



2. CARACTERIZAÇÃO DA AÇÃO

2.1. FUNDAMENTO, ÂMBITO E OBJETIVOS

Em obediência ao consignado na al. b) do art.º 113.º da LOPTC e no Programa de Fiscalização da SRMTC para 2016, aprovado pelo Plenário Geral (PG) do TC³, foi realizada a verificação externa à conta do Cofre Privativo da SRMTC reportada à gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

A verificação externa visou apreciar os aspetos elencados no n.º 1 do art.º 54.º da LOPTC, nomeadamente, se as operações efetuadas são legais e regulares, se a conta e as demonstrações financeiras refletem fidedignamente os recebimentos ocorridos na gerência, bem como a sua situação financeira e patrimonial, e se as correspondentes operações foram efetuados de acordo com as normas legais e regras contabilísticas fixadas.

A ação compreendeu ainda a análise e a conferência da conta com vista à demonstração numérica das operações que integram o débito e o crédito da gerência de 2015, nos termos do art.º 54.º, n.º 3, al. b), articulado com o art.º 53.º, n.º 2, da LOPTC.

2.2. METODOLOGIA

A verificação externa⁴ apoiou-se nos trabalhos da auditoria desenvolvida pela ABC-SROC, Lda., por razões de eficiência e de eficácia e em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis em matéria de utilização do trabalho de outros auditores⁵, cujos papéis de trabalho foram objeto de revisão pelas auditoras da SRMTC.

O exame efetuado por aquela empresa de auditoria, com vista à emissão de uma opinião formal sobre as demonstrações financeiras da SRMTC, incluiu⁶:

- (i) Reuniões com a Direção Financeira e outros responsáveis e leitura das atas e documentos relevantes;
- (ii) A confirmação do respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites e apreciação das regras e procedimentos contabilísticos, da organização geral e da fiabilidade do sistema contabilístico;
- (iii) A apreciação da adequação das políticas contabilísticas, nomeadamente os critérios e métodos de valorização adotados;
- (iv) O exame do suporte documental das operações, em particular no que concerne à sua legalidade e objetividade;
- (v) A verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- (vi) A análise ao sistema de controlo interno⁷, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de auditoria;

³ Na sua sessão de 15 de dezembro de 2015, através da Resolução n.º 2/2015-PG, publicada no Diário da República, II série, n.º 250, de 23 de dezembro.

⁴ Realizada com recurso aos métodos e técnicas de auditoria estabelecidos no Plano Global de Auditoria/Programa de Auditoria aprovado pela Juíza Conselheira da SRMTC, por despacho de 1 de março de 2016, exarado na Informação n.º 20/2016-UAT III, da mesma data.

⁵ Vd. os normativos internacionais aplicáveis à utilização de trabalhos de outros auditores [cfr. as Linhas diretrizes europeias relativas à aplicação das normas de auditoria da INTOSAI – n.º 25 – Utilização dos trabalhos de outros auditores e peritos e ISSAI 1600 - Considerações especiais – Auditorias a demonstrações financeiras de grupo (incluindo o trabalho dos auditores dos componentes)].

⁶ Cfr. os Anexos III e IV respeitantes, respetivamente, ao Relatório de Auditoria e ao Relatório de Conclusões e Recomendações elaborados pela ABC.

(vii) A realização dos testes substantivos⁸ considerados adequados em função da materialidade dos montantes envolvidos e enquadramento das operações face ao sistema fiscal.

A ABC-SROC, Lda., planeou e executou os seus trabalhos de acordo com as normas de auditoria e de revisão de contas internacionalmente aceites, tendo efetuado, nomeadamente, validação de procedimentos, testes substantivos, verificações documentais e circularização de saldos de Clientes, de Fornecedores e de Disponibilidades / Títulos Negociáveis a 31 de dezembro de 2015.

2.3. RESPONSÁVEIS

A verificação externa incidiu sobre o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015 da responsabilidade dos membros do Conselho Administrativo (CA) identificados no quadro abaixo:

NOME	CARGO	PERÍODO DA RESPONSABILIDADE
Ana Mafalda Nobre Reis Morbey Affonso	Presidente	01-01-2015 a 31-12-2015
Alberto Miguel Faria Pestana	Vogal Efetivo	01-01-2015 a 31-12-2015
Filipa Manuela de Gouveia Brazão	Vogal Efetivo	01-01-2015 a 31-12-2015
Maria Merfícia Correia Fernandes Dias	Vogal Substituto	01-01-2015 a 31-12-2015
Maria Alice Pereira Marques Ferreira	Vogal Substituto	01-01-2015 a 31-12-2015

2.4. GRAU DE COLABORAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

É de realçar a elevada disponibilidade e o grau de colaboração dos membros do CA e do Departamento de Apoio Instrumental do Serviço de Apoio da SRMTC, bem como da ABC-SROC, Lda., que prestou os esclarecimentos solicitados e permitiu o acesso à informação recolhida e aos seus documentos de trabalho.

2.5. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

O Cofre-Madeira é um fundo autónomo, que, segundo o art.º 35.º da LOPTC, goza de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio.

Ao Presidente do TC encontram-se conferidos poderes administrativos e financeiros idênticos aos que integram a competência ministerial, nos termos da segunda parte da al. a) do n.º 1 do art.º 33.º da LOPTC, os quais podem ser delegados no vice-presidente e nos juízes das secções regionais ao abrigo do n.º 2 do mesmo art.º 33.º.

As secções regionais são dotadas de conselhos de administração, as quais, em sintonia com o art.º 34.º, n.º 3, da LOPTC, são presididos pelo respetivo subdiretor-geral e integram dois vogais designados, a par dos suplentes, pelo juiz sob proposta daquele dirigente, estando sujeitos à prestação de contas ao TC com respeito pelo art.º 113.º da LOPTC.

Aqueles órgãos exercem a competência de administração financeira que integra a gestão normal dos serviços de apoio, cabendo-lhes, em harmonia com o n.º 4 do art.º 34.º da LOPTC:

- a) Autorizar as despesas que não devam ser autorizadas pelo Presidente;

⁷ Foram realizados testes de conformidade, na área dos impostos e taxas, dos emolumentos liquidados e cobrados, tendo em atenção o Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas (aprovado pelo art.º 1.º do DL n.º 66/96, de 31 de maio, o qual foi entretanto retificado pela Declaração de Retificação n.º 11-A/96, de 29 de junho, e alterado pela Lei n.º 139/99, de 28 de agosto, e pelo art.º 95.º da Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril), e testes analíticos, na base de dados (RIGORE), de todos os emolumentos liquidados e cobrados.

⁸ Efetuados às principais rubricas de FSE, com uma amostra de 53 processos.



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

- b) Autorizar o pagamento de despesas, qualquer que seja a entidade que tenha autorizado a respetiva realização;
- c) Preparar os respetivos projetos de orçamento e o orçamento dos respetivos cofres, bem como as propostas de alteração orçamental que se revelem necessárias;
- d) Gerir os Cofres das secções regionais.

2.6. AUDIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Dando cumprimento ao princípio do contraditório consagrado no art.º 13.º da LOPTC, procedeu-se à audição dos membros do CA identificados no ponto **2.3.** relativamente ao relato da verificação externa à conta do Cofre Privativo da SRMTC reportada à gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015⁹.

Dentro do prazo definido para esse fim, todos os contraditados informaram que nada tinham a referir sobre o teor do relato elaborado para o efeito no âmbito da verificação externa à conta em apreço¹⁰.

⁹ Através dos escritórios da SRMTC n.ºs 692 a 696, respetivamente, todos de 23 de março de 2016 (vide a Pasta do Processo, \folhas 38 a 43).

¹⁰ A resposta conjunta dos membros do CA consta de documento com a data de 28 de março de 2016, registada nesta Secção Regional com o n.º 794 (vide a Pasta do Processo, folha 44).



3. RESULTADOS DA VERIFICAÇÃO DA CONTA

3.1. FLUXOS FINANCEIROS DA GERÊNCIA

A estrutura orçamental da receita do Cofre-Madeira de 2015 encontra-se patente no quadro *infra*:

QUADRO 1 - EXECUÇÃO DA RECEITA EM 2015

(em euros)

RECEITA	ORÇAMENTO FINAL	EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO	ESTRUTURA
Receitas Correntes				
04. Taxas - Emolumentos do Tribunal de Contas	495.000,00	533.659,02	107,8%	21,2%
05. Juros - DGT	6.000,00	1.224,67	20,4%	0,0%
07. Reembolsos SSMJ	100,00	0,00	0,0%	0,0%
07. Outros reembolsos	6.000,00	6.938,17	115,6%	0,3%
Subtotal	507.100,00	541.821,86	106,8%	21,5%
Receitas de Capital				
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	500,00	0,00	0,0%	0,0%
16. Saldo da gerência anterior	1.975.217,00	1.975.216,47	100,0%	78,5%
Subtotal	1.975.717,00	1.975.216,47	100,0%	78,5%
Total	2.482.817,00	2.517.038,33	101,4%	100,0%

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa e Mapa de Controlo Orçamental – Cofre-Madeira – 2015

A sua análise permite concluir que, no ano em referência:

- ✓ A taxa global de execução da receita foi de 101,4%, sendo de 106,8% para as *Receitas Correntes* e de 100% para as *Receitas de Capital*;
- ✓ As *Receitas Correntes* ascenderam a 541,8 mil euros, constituindo os *Emolumentos do TC*, com 533,7 mil euros, a principal fonte de financiamento do Cofre Privativo. O restante montante respeitava a *Juros-DGT* (1,2 mil euros) e a *Outros Reembolsos* (6,9 mil euros);
- ✓ O saldo da gerência anterior, no montante aproximado de 2 milhões de euros, constituiu a principal componente das *Receitas Próprias*.

Por sua vez, a despesa do Cofre-Madeira alcançou, em igual período, cerca de 894,1 milhares de euros, com a seguinte distribuição por rubrica de classificação económica:

QUADRO 2 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS EM 2015

(em euros)

DESPESA	ORÇAMENTO FINAL	EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO	ESTRUTURA
Despesas Correntes				
01. Despesa com o Pessoal	824.353,00	711.215,59	86,3%	79,5%
02. Aquisição de Bens e Serviços Correntes	216.957,00	169.055,57	77,9%	18,9%
06. Reservas	12.690,00	0,00	0,0%	0,0%
Subtotal	1.054.000,00	880.271,16	83,5%	98,5%
Despesas de Capital				
07. Aquisição de Bens de Capital	102.000,00	13.818,77	13,5%	1,5%
Subtotal	102.000,00	13.818,77	13,5%	1,5%
Total	1.156.000,00	894.089,93	77,3%	100,0%

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa e Mapa de Controlo Orçamental – Cofre-Madeira – 2015

Em termos globais foram despendidos menos 261,9 mil euros do que o orçamentado, registando as *Despesas Correntes* uma taxa de execução de 83,5% e as *Despesas de Capital* de 77,3%.

As *Despesas com Pessoal* assumem o maior peso, na ordem dos 79,5% (cerca de 711,2 mil euros), seguidas das despesas com a *Aquisição de Bens e Serviços Correntes*, representativas de 18,9% do total (169,1 mil euros).

3.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS NO BIÉNIO

No biénio 2014/2015 a receita global diminuiu 17,5% devido, essencialmente, à redução do *Saldo da Gerência Anterior* (- 483,1 mil euros), conforme se pode verificar no quadro abaixo:

QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DOS RECEBIMENTOS

DESIGNAÇÃO	2014	2015	Δ 2014/2015	
			VALOR	%
(em euros)				
Receitas Correntes				
04. Taxas - Emolumentos do Tribunal de Contas	581.090,63	533.659,02	-47.431,61	-8,2%
05. Juros - DGT	7.933,86	1.224,67	-6.709,19	-84,6%
07. Reembolsos SSMJ	0,00	0,00	0,00	0,0%
07. Outros reembolsos	4.470,00	6.938,17	2.468,17	55,2%
Subtotal	593.494,49	541.821,86	-51.672,63	-8,7%
Receitas de Capital				
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,0%
16. Saldo da gerência anterior	2.458.317,18	1.975.216,47	-483.100,71	-19,7%
Subtotal	2.458.317,18	1.975.216,47	-483.100,71	-19,7%
Total	3.051.811,67	2.517.038,33	-534.773,34	-17,5%

Tendo por referência o ano de 2014 foi apurada uma diminuição de 8,7% (- 51,7 mil euros) nas *Receitas Correntes*, resultado, sobretudo, da cobrança de menos 47,4 mil euros (- 8,2%) de emolumentos em virtude da quebra da liquidação e da cobrança da receita emolumentar proveniente das verificações internas, verificações externas e auditorias, mantendo-se assim a tendência decrescente do ano anterior.

Já a evolução dos pagamentos no período 2014/2015 encontra-se refletida no próximo quadro:

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS

DESIGNAÇÃO	2014	2015	Δ 2014/2015	
			VALOR	%
(em euros)				
Despesas Correntes				
01. Despesa com o Pessoal	864.066,83	711.215,59	-152.851,24	-17,7%
02. Aquisição de Bens e Serviços Correntes	169.713,37	169.055,57	-657,80	-0,4%
Subtotal	1.033.780,20	880.271,16	-153.509,04	-14,8%
Despesas de Capital				
07. Aquisição de Bens de Capital	42.814,98	13.818,77	-28.996,21	-67,7%
Subtotal	42.814,98	13.818,77	-28.996,21	-67,7%
Total	1.076.595,18	894.089,93	-182.505,25	-17,0%



Constata-se, assim, que as despesas totais diminuíram 17,0% (mais de 182,5 mil euros) devido, em grande parte, ao decréscimo das *Despesas com o Pessoal*, na ordem dos 152,9 mil euros, a qual foi, por sua vez, motivada pelo acréscimo das transferências recebidas do Orçamento de Estado (OE), que implicou que os valores suportados pelo Cofre tivessem sido inferiores, e pela redução das remunerações totais ilíquidas mensais impostas pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o OE para 2015 (LOE), e que mereceram plena implementação nesse ano.

As restantes rubricas de despesa também denotaram uma diminuição, em concreto a das *Aquisições de Bens de Capital*, cifrada em 29,0 mil euros (-67,7%) e a das *Aquisições de Bens e Serviços Correntes*, no montante de 657,80€ (-0,4%).

Pese embora este quadro, as receitas correntes foram insuficientes para fazer face às despesas correntes, tendo a taxa de cobertura se cifrado nos 62%¹¹.

3.3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os próximos dois pontos sintetizam a situação económica e financeira do Cofre-Madeira no biénio de 2014/2015.

3.3.1. Balanço

A análise ao Balanço do exercício de 2015¹² permite destacar que:

- As *Imobilizações Corpóreas* passaram a constituir a principal componente do *Ativo* (46,9%) com aproximadamente 1,6 milhões de euros;
- Os *Títulos Negociáveis* (com 1,3 milhões de euros) deixaram de ser a componente com maior expressão, representando agora 38,1% do total do *Ativo*, após terem registado uma quebra de 27,8% (ou seja, menos 500 mil euros) face a 2014, em resultado da utilização da verba aplicada em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC's)¹³ para pagamento de despesas com o pessoal;
- As *Dívidas de Terceiros* retomaram a representatividade que tinham em 2013 devido ao acréscimo de 163,8% (passaram dos 7,6 mil euros, em 2014, para os 20,2 mil euros, em 2015) das obrigações emolumentares, motivada principalmente pelos emolumentos cobrados a uma autarquia que transitaram em dívida no final do ano;
- Os *Fundos Próprios* continuam a refletir uma redução de 9,5% face ao ano anterior, ficando abaixo dos 3,4 milhões de euros devido à acumulação dos *Resultados Líquidos* negativos de 2014 (- 355 377,35€);
- O *Passivo* registou um expressivo acréscimo de 49,3%, mais 6,6 mil euros que em 2014, ascendendo aproximadamente aos 20 mil euros, dos quais 4,8 mil euros eram relativos à dívida a fornecedores.

¹¹ Obtida através da seguinte equação: $\frac{541\,821,86\text{€}}{880\,271,16\text{€}} = 62\%$

¹² Cfr. o Anexo I.

¹³ Que constituem aplicações de tesouraria de curto prazo.

3.3.2. Demonstração de resultados

Do exame à Demonstração de Resultados do exercício de 2015¹⁴ merecem relevo os seguintes aspetos:

- O total de *Custos e Perdas Operacionais* atingiu os 1,08 milhões de euros, dos quais 713,6 mil euros respeitam a *Custos com o Pessoal* e 163,3 mil euros a *Fornecimentos e Serviços Externos*;
- A redução de 17,1% (147,3 mil euros) nos *Custos com o Pessoal*, pelos motivos já apontados no ponto 3.2 deste relato¹⁵, e de 0,2% nos *Fornecimentos e Serviços Externos* face a 2014;
- Os *Proveitos e Ganhos Totais* ascenderam a, aproximadamente, 578,3 mil euros, dos quais 546,5 mil euros referem-se, essencialmente, a *Impostos e Taxas* (546,5 mil euros), tendo 159,3 mil euros tido origem na especialização de emolumentos¹⁶;
- Os *Proveitos e Ganhos Operacionais*, no montante de 557,3 mil euros, evidenciaram um ligeiro aumento (de 0,8%) em relação a 2014;
- Os *Proveitos e Ganhos Financeiros*, por sua vez, registaram um decréscimo de 6,2 mil euros (-75,6%), resultante da diminuição das taxas de juro e do montante das aplicações CEDIC;
- As *Provisões* registaram um aumento de 758,56€, em virtude da contabilização de uma dívida de cobrança duvidosa de um contribuinte;
- O *Resultado Líquido do Exercício* foi negativo em 355,4 mil euros, o que, ainda assim, significou uma melhoria na ordem dos 165,3 mil euros em relação a 2014.

¹⁴ Cfr. o Anexo II.

¹⁵ Em concreto, por conta do acréscimo das transferências recebidas do OE que permitiu a redução dos valores suportados pelo CP, e pelos cortes salariais impostos pela LOE para 2015.

¹⁶ Cfr. a pág. 12 do Relatório de Gestão.



4. DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA

A conta de gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015 do Cofre-Madeira, da responsabilidade do CA da SRMTC, foi instruída com todos os documentos necessários à sua liquidação, conforme estabelece a *Instrução n.º 1/2004 – 2.ª Secção – Instruções para a organização e documentação das contas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade Pública*¹⁷.

Em execução do n.º 4 da Resolução n.º 23/2011, de 30 de novembro¹⁸, a prestação de contas de 2015 do Cofre-Madeira foi efetuada por via eletrónica¹⁹.

Das operações que integram o débito e o crédito da gerência resulta a demonstração numérica que se passa a evidenciar:

DÉBITO:

Saldo da gerência anterior	1.975.216,47€	
Recebido na gerência ²⁰	785.437,81€	2.760.654,28€

CRÉDITO:

Saído na gerência ²¹	1.137.705,88 €	
Saldo para a gerência seguinte ²²	1.622.948,40 €	2.760.654,28€

O saldo de abertura corresponde ao saldo final da conta de gerência anterior (2014)²³, objeto de verificação externa, cujo Relatório n.º 7/2015-FS/SRMTC foi aprovado em sessão de 26 de março.

5. CONCLUSÕES

5.1. CONCLUSÕES DA EMPRESA DE AUDITORIA

Tendo por base as verificações efetuadas, a ABC – SROC, Lda., apresentou o relatório de auditoria²⁴ no qual expressa a opinião de que “(...) *as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Tribunal de Contas – Secção Regional da Madeira – (...) Cofre Privativo, em 31 de Dezembro de 2015, os resultados das suas operações e fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público*”.

¹⁷ Publicada no Diário da República, II Série, n.º 38, de 14 de fevereiro

¹⁸ Aprovada em reunião do PG do TC, de 12 de dezembro de 2012 e publicada no Diário da República, II série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2012.

¹⁹ O *Sistema de Prestação de Contas dos Serviços e Organismos Públicos por Via Eletrónica* visa dotar as entidades sob controlo e jurisdição do TC de um serviço *on-line* (via *Internet*) de entrega e consulta eletrónica de contas de gerência.

²⁰ Inclui 243 615,95€ referentes a *Importâncias Retidas para Entrega ao Estado ou Outras Entidades - Fundos Alheios*.

²¹ Inclui 243 615,95€ referentes a *Importâncias Entregues ao Estado e Outras Entidades – Fundos Alheios*.

²² O saldo para a gerência seguinte constante do mapa de fluxos de caixa corresponde ao somatório dos títulos negociáveis com os depósitos bancários e caixa a 31/12/2015.

²³ Este saldo era o constante do mapa de fluxos de caixa corresponde ao somatório dos títulos negociáveis com os depósitos bancários e caixa a 31/12/2014.

²⁴ Cfr. o Anexo III.

Acrescentam ainda, no ponto 5. do Relatório de Conclusões e Recomendações, respeitante ao exercício de 2015²⁵, que foram analisados quatro processos de contratação²⁶, concluindo que os mesmos se encontram em conformidade com o quadro normativo vigente.

Não obstante esta conclusão, ressaltam a necessidade de ponderar a submissão ao mercado do contrato de seguros, atento o disposto no art.º 16.º do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, em conjugação com o art.º 48.º do CCP, uma vez que este contrato produz efeitos desde janeiro de 2001, mantendo-se ainda em vigor em 2015.

5.2. CONCLUSÕES DA VERIFICAÇÃO EXTERNA

Os trabalhos executados pelos auditores da SRMTC, que incluíram a revisão dos papéis de trabalho da auditoria externa efetuada pela ABC-SROC, Lda., e a verificação do acatamento das observações e recomendações formuladas anteriormente, não evidenciaram questões materiais suscetíveis de questionar a legalidade e a regularidade das operações examinadas e a consistência, integralidade e fiabilidade das contas e das demonstrações financeiras do Cofre Privativo da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.

Constatou-se, ainda, que a demonstração numérica a que se refere a al. c) do n.º 3 do art.º 54.º da LOPTC está apoiada nas demonstrações financeiras apresentadas.

Em consequência, o TC, em consonância com a opinião emitida pela empresa de auditoria ABC-SROC, Lda., formula um juízo favorável sobre as contas de 2015 do Cofre Privativo da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.

6. EMOLUMENTOS

Nos termos do n.º 1 do art.º 9.º e do n.º 1 do art.º 11.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, aprovado pelo art.º 1.º do DL n.º 66/96, de 31 de maio²⁷, são devidos emolumentos a suportar pelo Cofre Privativo da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, no montante de 5 418,22€ (cfr. o Anexo V).

7. DETERMINAÇÕES FINAIS

No uso das competências que me são conferidas pela al. c) do art.º 104.º e pelo n.º 2 do art.º 107.º, lido em articulação com a al. a) do n.º 1 do mesmo art.º 107.º, *a contrario*, e nos termos do preceituado no n.º 3 do art.º 54.º, todos da LOPTC, decido:

- a) Aprovar o presente relatório e as conclusões nele formuladas.
- b) Ordenar que exemplares deste relatório sejam remetidos aos membros do Conselho Administrativo da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas identificados no ponto **2.3.** deste documento.

²⁵ Cfr. o Anexo IV.

²⁶ Designadamente:

- ✓ Prestação de serviços de limpeza do Edifício-Sede;
- ✓ Serviços de segurança, vigilância e receção da Sede;
- ✓ Procedimento de contratação da plataforma no âmbito da aplicação GeRFip;
- ✓ Contrato de seguros, nas modalidades de incêndio e multirriscos para o novo edifício-Sede.

²⁷ Retificado pela Declaração de Retificação n.º 11-A/96, de 29 de junho, e alterado pela Lei n.º 139/99, de 28 de agosto, e pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril.



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

- c) Determinar a entrega de um exemplar deste relatório ao Excelentíssimo Magistrado do Ministério Público junto desta Secção Regional, em conformidade com o disposto no art.º 29.º, n.º 4, da LOPTC.
- d) Fixar os emolumentos referenciados no ponto 6..
- e) Mandar divulgar este relatório no sítio do Tribunal de Contas na *internet*, bem como na *intranet*, após a devida notificação aos responsáveis *supra* mencionados.
- f) Expressar ao Conselho Administrativo da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas o apreço pela celeridade na apresentação dos documentos solicitados e dos esclarecimentos prestados.

Aprovado na Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, aos 28 dias de março de 2016.

A Juíza Conselheira,

(Laura Maria de Jesus Tavares da Silva)



ANEXOS



Tribunal de Contas
Secção Regional da Madeira

I - Balanço – 2014/2015

(em euros)

Descrição	2015		2014		Δ % 2014/2015	
	Valor	%	Valor	%		
Ativo						
Imobilizado líquido						
42+44	Imobilizações corpóreas	1.599.424,39	46,9	1.625.808,75	43,2	-1,6
Existências						
36	Matérias-primas, subs. e de consumo	3.962,00	0,1	3.532,06	0,1	12,2
Dívidas de terceiros – curto prazo						
212	Contribuintes C/C	20.246,48	0,6	7.673,90	0,2	163,8
229	Adiantamento a fornecedores	2,87	0,0	0,00	0,0	100,0
Títulos negociáveis						
153	Títulos da dívida pública	1.300.000,00	38,1	1.800.000,00	47,9	-27,8
Depósitos bancários e caixa						
13	Contas no Tesouro	320.858,40	9,4	173.126,47	4,6	85,3
11	Caixa	2.090,00	0,1	2.090,00	0,1	0,0
Acréscimos e Diferimentos						
271	Acréscimos de proveitos	159.348,68	4,7	142.429,31	3,8	11,9
272	Custos diferidos	5.643,37	0,2	5.703,63	0,2	-1,1
TOTAL DO ATIVO		3.411.576,19	100,0	3.760.364,12	100,0	-9,3
Fundos Próprios						
Fundos Próprios						
51	Património	3.691.338,32	108,2	3.691.338,32	98,2	0,0
577	Reservas	0,40	0,0	0,40	0,0	
59	Resultados transitados	55.648,36	1,6	576.350,05	15,3	-90,3
88	Resultado líquido do exercício	-355.377,35	-10,4	-520.701,69	-13,8	-31,8
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		3.391.609,73	99,4	3.746.987,08	99,6	-9,5
Passivo						
Dívidas a terceiros – Curto prazo						
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	4.774,10	0,1	0,00	0,0	100,0
Acréscimos e diferimentos						
273	Acréscimos de custos	15.192,36	0,4	13.377,04	0,4	13,6
274	Proveitos diferidos	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
TOTAL DO PASSIVO		19.966,46	0,6	13.377,04	0,4	49,3
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		3.411.576,19	100,0	3.760.364,12	100,0	-9,3



II - Demonstração de Resultados – 2014/2015

(em euros)

Descrição	2015		2014		Δ % 2014/2015
	Valor	%	Valor	%	
Custos e Perdas					
Custo das merc. vendidas e das mat. consum.	4.843,58	0,8	5.359,42	0,9	-9,6
Fornecimentos e serviços externos	163.326,50	28,2	163.616,22	27,4	-0,2
Custos com o pessoal	713.584,84	123,4	860.843,40	144,2	-17,1
Outros custos e perdas operacionais	492,34	0,1	2.062,06	0,3	-76,1
Amortizações do exercício	44.977,23	7,8	44.004,78	7,4	2,2
Provisões exercício	916,06	0,2	157,50	0,0	100,0
(A)	928.140,55	160,5	1.076.043,38	180,2	-13,7
Custos e perdas financeiras	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(C)	928.140,55	160,5	1.076.043,38	180,2	-13,7
Custos e perdas extraordinárias	5.561,99	1,0	41.827,05	7,0	-86,7
(E)	933.702,54	161,4	1.117.870,43	187,2	-16,5
Resultado líquido do exercício	-355.377,35	-61,4	-520.701,69	-87,2	-31,8
TOTAL	578.325,19	100,0	597.168,74	100,0	-3,2
Proveitos e ganhos					
Impostos e Taxas	546.541,78	94,5	548.578,93	91,9	-0,4
Proveitos suplementares	10.785,82	1,9	4.440,00	0,7	142,9
(B)	557.327,60	96,4	553.018,93	92,6	0,8
Proveitos e ganhos financeiros	2.005,94	0,3	8.211,66	1,4	-75,6
(D)	559.333,54	96,7	561.230,59	94,0	-0,3
Proveitos e ganhos extraordinários	18.991,65	3,3	35.938,15	6,0	-47,2
(F)	578.325,19	100,0	597.168,74	100,0	-3,2
TOTAL	578.325,19	100,0	597.168,74	100,0	-3,2



III - Relatório de Auditoria da ABC-SROC, Lda.



RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira - Orçamento de Estado e Cofre Privativo**, reportadas a 31 de Dezembro de 2015, as quais compreendem:
 - **Orçamento de Estado:** o Balanço, (que evidencia um total de balanço de € 3.125.221,88 (três milhões, cento e vinte e cinco mil, duzentos e vinte e um euros e oitenta e oito cêntimos) e um total de Fundos Próprios de € 1.035.761,41 (um milhão, trinta e cinco mil setecentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos), incluindo um resultado líquido negativo de € 3.970,06 (três mil novecentos e setenta euros e seis cêntimos)), a Demonstração dos resultados por naturezas e o Mapa dos Fluxos Financeiros e os correspondentes Anexos.
 - **Cofre Privativo:** o Balanço, (que evidencia um total de balanço de € 3.411.576,19 (três milhões, quatrocentos e onze mil, quinhentos e setenta e seis euros e dezanove cêntimos) e um total de Fundos Próprios de € 3.391.609,73 (três milhões, trezentos e noventa e um mil seiscentos e nove euros e setenta e três cêntimos), incluindo um resultado líquido negativo de € 355.377,35 (trezentos e cinquenta e cinco mil trezentos e setenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos)), a Demonstração dos resultados por naturezas e o Mapa dos Fluxos Financeiros e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Administrativo a preparação das demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Tribunal, o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Lda. Oficiais de Contas, Lda.

seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Administrativo, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira - Orçamento de Estado e Cofre Privativo, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público.

Lisboa, 10 de Março de 2016.

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115

Registada na C.M.V.M.

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC n.º 681

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 8936 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • n.ºc. 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 850/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel./Fax: 262 382 891



ABC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. é membro da ORP e Associação - ORP 170



IV - Relatório de Conclusões e Recomendações da ABC-SROC, Lda.



**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES
E RECOMENDAÇÕES**



**TRIBUNAL DE CONTAS -
SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA**

COFRE PRIVATIVO E ORÇAMENTO DE ESTADO

Período Económico de 2015





Handwritten mark

INDICE

I – INTRODUÇÃO.....	3
1. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	3
2. METODOLOGIA E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA	5
II – CONCLUSÕES.....	6
III – AUDITORIA ÀS CONTAS.....	7
1. PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES	7
2. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL (COFRE PRIVATIVO)	8
3.1. <i>Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Amortizações</i>	8
3.2. <i>Existências e Consumos</i>	12
3.3. <i>Clientes, Contribuintes e Utentes</i>	13
3.4. <i>Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis</i>	14
3.5. <i>Acréscimos e Diferimentos</i>	16
3.6. <i>Provisões, outros riscos e encargos e contingências</i>	17
3.7. <i>Fundos Próprios</i>	17
3.8. <i>Fornecedores</i>	18
3.9. <i>Fornecimentos e Serviços Externos</i>	19
3.10. <i>Custos com o Pessoal</i>	20
3.11. <i>Outros Custos e Perdas</i>	21
3.12. <i>Impostos e Taxas</i>	22
3.13. <i>Outros Proveitos e Ganhos</i>	22
4. SITUAÇÃO PATRIMONIAL (ORÇAMENTO DO ESTADO)	23
4.1. <i>Investimentos Financeiros, Imobilizações Corpóreas e Amortizações</i>	23
4.2. <i>Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis</i>	26
4.3. <i>Acréscimos e Diferimentos</i>	27
4.4. <i>Fundos Próprios</i>	28
4.5. <i>Custos com o Pessoal</i>	29
4.6. <i>Outros Custos e Perdas</i>	29
4.7. <i>Transferências e Subsídios Correntes Obtidos</i>	30
4.8. <i>Outros Proveitos e Ganhos</i>	31
5. PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO	32
V – RELATÓRIO DE GESTÃO	33
VI – ANEXOS.....	34
1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - COFRE PRIVATIVO	34
2. BALANÇO - COFRE PRIVATIVO	34
3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - ORÇAMENTO DE ESTADO	36
4. BALANÇO - ORÇAMENTO DE ESTADO	37



I – Introdução

Nos termos do Concurso Público nº3/2015 para prestação de serviços de auditoria, para efeito do cumprimento da alínea d) do artigo 113º da Lei nº98/97, de 26 de Agosto, Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas, procedemos à auditoria às contas do Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira, relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos o respetivo Relatório de Auditoria com data de 10 de Março de 2016.

1. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

<i>Enquadramento Constitucional</i>	<p>O Tribunal de Contas é um órgão de soberania (nº1 do artigo 209º da Constituição da República Portuguesa), sendo estruturalmente e funcionalmente, um tribunal financeiro, um órgão constitucional do Estado, independente, não inserido na Administração Pública.</p> <p>É o órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe, dando ainda parecer sobre a Conta Geral do Estado.</p>
<i>Enquadramento Normativo</i>	<p>Os princípios da sua atividade estão definidos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, que foi ultimamente alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, que consagra as garantias de independência do Tribunal, o autogoverno, a inamovibilidade e a irresponsabilidade dos seus Juizes e a exclusiva sujeição destes à lei.</p>
<i>Composição do Tribunal</i>	<p>O Tribunal de Contas, sediado em Lisboa, dispõe de três Secções especializadas na Sede e de duas Secções Regionais de competência genérica: uma na Região Autónomas dos Açores; outra na Região Autónoma da Madeira.</p> <p>Na Sede, o Tribunal é composto pelo Presidente e por 16 Juizes, e em cada Secção Regional, por um Juiz.</p>



<p><i>Enquadramento Fiscal</i></p>	<p>A entidade Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira, dispõe de dois números de contribuinte, sendo:</p> <p>CP - Cofre Privativo - 510 935 745</p> <p>OE - Orçamento de Estado - 671 000 780</p> <p>Em termos de enquadramento em I.R.C. e I.V.A. → Ambas entidades não têm qualquer atividade registada em sede de portal das finanças.</p>
<p><i>Organização Contabilística</i></p>	<p>Para o registo das diversas operações por si efetuadas, a entidade possui contabilidade organizada e é executada em observância do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº232/97 de 3 de Setembro.</p> <p>Como elementos contabilísticos possui balancetes analíticos e sintéticos, extratos detalhados por conta e entidade para qualquer período solicitado. A entidade possui todos os elementos requeridos pelo Artigo 119º do CIRS e Artigo 120º do CIRC.</p> <p>Todos os movimentos contabilísticos têm um documento de suporte que estão devidamente arquivados.</p> <p>Os principais sistemas informáticos utilizados são o GERFIP e o GEDOC. O GERFIP é o ERP baseado em SAP, utilizado nas áreas Financeira, de Recursos Humanos e Logística; o GEDOC é utilizado na área de gestão documental e processual.</p>



2. METODOLOGIA E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:

- Reuniões com a Direcção Financeira e outros responsáveis e leitura das atas e documentos relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- Análise do respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites e apreciação das regras e procedimentos contabilísticos, da organização geral e da fiabilidade do sistema contabilístico;
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas, nomeadamente, os critérios e métodos de valorização adotados pela Entidade e que se encontram divulgadas no Anexo;
- Verificação do suporte documental das operações, em particular no que concerne à sua legalidade e objetividade;
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de auditoria;
- Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos e enquadramento das operações face ao sistema fiscal, utilizando quadros próprios de auditoria.



II – Conclusões

Em consequência do trabalho efetuado, concluímos que, em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira em 31 de Dezembro de 2015, os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo por base o normativo contabilístico adotado para o sector público.

Analisámos o Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho Administrativo, tendo-se verificado que satisfaz na generalidade os requisitos legais, estando em conformidade com as Demonstrações Financeiras do Exercício.

Agradecemos todo o empenho e colaboração de todos os Responsáveis e colaboradores do Tribunal, nomeadamente os da Direção Administrativa e Financeira, com os quais fomos contactando no desenrolar dos nossos trabalhos, dando especial atenção ao facto das recomendações apresentadas no decorrer dos trabalhos terem sido prontamente acolhidas pelos Responsáveis das áreas e de imediato desenvolvidos todos os esforços para que essas recomendações fossem quantificadas e contabilizadas antes do encerramento das contas de 31 de dezembro de 2015.



III – Auditoria às Contas

Nos pontos seguintes apresentamos as verificações realizadas em cada uma das áreas da entidade bem como as inconformidades detetadas nas suas contas e no seu sistema de controlo interno.

1. PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES

Conforme acima mencionado, foram analisadas as demonstrações financeiras no sentido de apurar o respeito pelos seguintes princípios contabilísticos fundamentais:

- Continuidade das operações da entidade;
- Consistência das suas políticas contabilísticas;
- Custo histórico dos registos contabilísticos;
- Prudência através da realização de estimativas em condições de incerteza;
- Substância das operações sobre a forma legal;
- Materialidade: todos os elementos materialmente relevantes e que podem afetar avaliações ou decisões pelos utentes interessados, encontram-se relatados nas demonstrações financeiras;
- Especialização (balanceamento, diferimento e acréscimo) dos proveitos e ganhos, custos e perdas registados no exercício.

Concluimos que, na sua essência, os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor público foram respeitados, pelo que não coloca em causa a verdadeira e apropriada imagem das demonstrações financeiras.

2. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram analisados todos os acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorreram entre a data do balanço e a data de emissão do relatório de auditoria suscetíveis de dar lugar a ajustamentos.

Nenhum dos acontecimentos analisados constituem prova de condições que existiam à data do balanço, pelo que não houve nenhum registo contabilístico a realizar.



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados
Oficiais de Contas, Lda.

12

3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL (COFRE PRIVATIVO)

3.1. Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Amortizações

3.1.1. Identificação das Contas

IMOBILIZAÇÕES (TC - COFRE)											Valores em Euro
Rubrica das Contas	Saldo em 31Dec15	Saldo em 31Dec14	Aquisições de Imobilizado 2015	Amortiz. ABC Valores a 31Dec15	Amortiz. ABC % a 31Dec15	Nº Processos Analisados	Abates de Imobilizado 2015	Amortiz. ABC Valores a 31Dec15	Amortiz. ABC % a 31Dec15	Nº Processos Analisados	Var. 21Dec15 vs 31Dec14
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS											
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,40	0,40	0,00	0,00	0,0%	0	0,00	0,00	0,0%	0	0,00
Total das Imobilizações Incorpóreas	0,40	0,40	0,00	0,00	0,0%	0	0,00	0,00	0,0%	0	0,00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS											
Terenos e Recursos Naturais	412 891,07	412 891,07									0,00
Edifícios e Outras Construções	1 400 212,67	1 400 212,67									0,00
Equipamento Básico	186 079,11	192 147,16	1 926,00	905,00	47,6%	1	-7 994,05	-7 994,05	100,0%	1	-6 068,05
Equipamento de Transporte	27 155,00	27 155,00									0,00
Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00									0,00
Equipamento Administrativo	108 708,06	99 358,82	10 135,76	8 892,73	87,7%	4	-786,52	-786,52	100,0%	1	9 349,24
Outras Imobilizações Corpóreas	24 644,01	22 887,00	1 757,01	840,00	47,8%	1					1 757,01
Total das Imobilizações Corpóreas	2 159 689,92	2 154 691,72	12 818,77	10 637,83	77,0%	6	-8 780,57	-8 780,57	100,0%	2	5 038,20
Imobilizações em Curso	4 774,10	0,00	4 774,10	4 774,10	100,0%	1	0,00	0,00	0,0%	0	4 774,10
Total das Imobilizações em Curso	4 774,10	0,00	4 774,10	4 774,10	100,0%	1	0,00	0,00	0,0%	0	4 774,10

AMORT. ACUMULADAS											Valores em Euro
Rubrica das Contas	Saldo em 31Dec15	Saldo em 31Dec14	Amortizações do Exercício 2015	Amortiz. ABC Valores a 31Dec15	Amortiz. ABC % a 31Dec15	Nº Processos Analisados	Abates de Imobilizado 2015	Amortiz. ABC Valores a 31Dec15	Amortiz. ABC % a 31Dec15	Nº Processos Analisados	Var. 21Dec15 vs 31Dec14
AMORT. ACUMULADAS IMOB. INCORP.											
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,40	0,40	0,00	0,00							0,00
Total das Amortizações Acumuladas	0,40	0,40	0,00	0,00							0,00
AMORT. ACUMULADAS IMOB. CORP.											
Edifícios e Outras Construções	-288 415,91	-272 783,51	-15 662,40	-15 662,40	100,0%	1					-15 662,40
Equipamento Básico	-148 988,29	-142 104,09	-14 877,35	-14 877,35	100,0%	1	-7 994,05	-7 994,05	100,0%	1	-6 883,30
Equipamento de Transporte	-17 826,47	-14 426,09	-3 394,38	-3 394,38	100,0%	1					-3 394,38
Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00									0,00
Equipamento Administrativo	-91 653,78	-82 368,70	-9 871,60	-9 871,60	100,0%	1	-786,52	-786,52	100,0%	1	-9 085,08
Outras Imobilizações Corpóreas	-18 161,18	-16 989,60	-1 171,50	-1 171,50	100,0%	1					-1 171,50
Total das Amortizações Acumuladas	-513 035,53	-528 671,97	-44 977,23	-44 977,23	100,0%	5	-8 780,57	-8 780,57	100,0%	2	-16 236,16

3.1.2. Procedimentos Realizados

Na área das **Imobilizações Incorpóreas** realizámos a análise dos movimentos ocorridos durante o ano, tendo em atenção os registos no sistema de gestão do imobilizado e os valores apresentados na contabilidade, não se tendo detetado qualquer movimento durante o ano, nem aquisições, nem abates, estando os bens (licenças de *software*) totalmente amortizados, conforme quadros seguintes:

IMOBILIZADOS					
Rubrica das Contas	2014	2015	Montantes Validados	Diferença	Observações
433	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	Variação OK
T43	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	
Total	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	





abc

Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Oficial de Contas, Lda.

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

	2014	2015	Montantes Validados	Diferença	Observações
4833	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	Variação OK
T483	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	
Total	0,40 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €	

Na área das **Imobilizações Corpóreas** foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, tendo em atenção os registos no sistema de gestão de imobilizado e os valores apresentados na contabilidade;

IMOBILIZADOS

	2014	2015	Montantes Validados	Diferença	Observações
421	412 891,07 €	412 891,07 €	412 891,07 €	0,00 €	Variação OK
422	1 400 212,67 €	1 400 212,67 €	1 400 212,67 €	0,00 €	Variação OK
423	192 147,16 €	186 079,11 €	186 079,11 €	0,00 €	Variação OK
424	27 155,00 €	27 155,00 €	27 155,00 €	0,00 €	Variação OK
426	99 358,82 €	108 708,06 €	108 708,06 €	0,00 €	Variação OK
429	22 887,00 €	24 644,01 €	24 644,01 €	0,00 €	Variação OK
T42	2 154 651,72 €	2 159 689,92 €	2 159 689,92 €	0,00 €	
T43	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
442	0,00 €	4 774,10 €	4 774,10 €	0,00 €	Variação OK
T44	0,00 €	4 774,10 €	4 774,10 €	0,00 €	
Total	2 154 651,72 €	2 164 464,02 €	2 164 464,02 €	0,00 €	

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

	2014	2015	Montantes Validados	Diferença	Observações
4822	272 753,51 €	288 415,91 €	288 415,91 €	0,00 €	Variação OK
4823	142 104,99 €	148 988,29 €	148 988,29 €	0,00 €	Variação OK
4824	14 426,09 €	17 820,47 €	17 820,47 €	0,00 €	Variação OK
4826	82 568,70 €	91 653,78 €	91 653,78 €	0,00 €	Variação OK
4829	16 989,68 €	18 161,18 €	18 161,18 €	0,00 €	Variação OK
T482	528 842,97 €	565 039,63 €	565 039,63 €	0,00 €	
Total	528 842,97 €	565 039,63 €	565 039,63 €	0,00 €	

- Análise das principais aquisições de imobilizado, respetivo controlo físico e fichas de cadastro dos imobilizados, tendo-se analisado 7 processos de aquisição de bens, não se tendo detetado situações de relevo;



h

- Análise das principais alienações e abates e do cumprimento das normas legais, tendo-se detetado que não ocorreram quaisquer alienações durante o período. No que respeita aos abates, validou-se os respetivos autos de abate (nº1/2015 e 2/2015), tendo-se verificado a listagem dos bens abatidos e o respetivo registo contabilístico;
- Validação do cálculo das amortizações do exercício e consistência dos critérios face ao ano anterior, conforme quadro seguinte:

A MORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO			
	2015	Montantes Validados	Diferença
6622	15 662,40 €	15 662,40 €	0,00 €
6623	14 877,35 €	14 877,35 €	0,00 €
6624	3 394,38 €	3 394,38 €	0,00 €
6626	9 871,60 €	9 871,60 €	0,00 €
6629	1 171,50 €	1 171,50 €	0,00 €
T662	44 977,23 €	44 977,23 €	0,00 €
Total 66	44 977,23 €	44 977,23 €	0,00 €

Verificámos a aplicação das taxas de amortização adotadas, de acordo com o disposto na Portaria 671/2000 (CIBE).

- Confirmação da titularidade dos bens sujeitos a registo: imóveis e equipamentos de transporte, tendo-se verificado o registo de propriedade da viatura PEUGEOT com a matrícula 68-JV-62. De referir que o registo desta viatura na Autoridade Tributária e Aduaneira se encontra sob o número de contribuinte do Tribunal de Contas-Madeira-OE. Em sede de esclarecimento, o Conselho Administrativo da Secção Regional referiu que "A afetação da viatura PEUGEOT, com a matrícula 68-JV-62, ao OE está relacionada com o facto da SRMTC (OE e Cofre) terem, até 31/12/2013, partilhado o mesmo NIF. Em 2014 foi criado um NIF novo para o Cofre, tendo o OE mantido o NIF anterior. Assim, por via desta alteração, a viatura ficou automaticamente afeta ao NIF do OE." Verificou-se ainda que durante o ano de 2015 foi efetuado o pagamento do IUC da viatura AUDI com a matrícula 40-16-DJ, no valor de 23,45€, que foi transferida em 2005 para o Tribunal de Contas - Sede. Foi confirmado junto do TC - Sede que esta viatura foi vendida em início de Março de 2015, tendo o IUC sido emitido com o NIF do TC - OE e pago por terceiros aquando da regularização da sua propriedade.

No que respeita aos imóveis, identificámos a existência de dois imóveis registados na contabilidade da entidade:





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Orlas de Contas, lda.

- 1) Casa de função dos Ilhéus - tendo-se verificado a escritura de compra, bem como o registo predial e a caderneta predial urbana. Na caderneta predial urbana verificámos que o imóvel se encontra registado sob o número de contribuinte do Tribunal de Contas - Madeira - OE, situação idêntica ao verificado com a viatura automóvel referida no ponto anterior;
 - 2) Palácio do Esmeraldo, sede do Tribunal de Contas - Madeira - tendo-se verificado a escritura de compra, bem como o registo predial e a caderneta predial urbana. Neste imóvel, o Cofre Privativo do Tribunal de Contas - Madeira só tem a propriedade de 28,57% do imóvel, sendo a remanescente propriedade da Direcção Geral do Património. Este facto foi validado pela leitura da escritura de compra e pela caderneta predial urbana que, à semelhança do verificado no imóvel anterior, se encontra sob o número de contribuinte do Tribunal de Contas - Madeira - OE.
Como todo o edifício está sob administração e controlo da entidade, a propriedade de 71,43% da Direcção Geral do Património encontra-se registada na contabilidade do Tribunal de Contas - Madeira - OE, cumprindo-se assim o disposto no nº 5 do artigo 2º da Portaria nº671/2000 de 17 de Abril, que determina que *"os organismos autónomos, com personalidade jurídica, no âmbito de aplicação do POCP, incluem no seu inventário os bens do Estado que lhes estejam afetos a título precário ou sob a sua administração ou controlo, devendo constar, através das respetivas notas a indicar nos anexos às demonstrações financeiras, a entidade proprietária"*
- Análise à política de cobertura de seguros aplicáveis ao imobilizado, tendo-se verificado a existência de seguro automóvel para a viatura, bem como seguro de responsabilidade civil para os dois imóveis em nome do Tribunal de Contas - Madeira.

3.1.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2015, o Tribunal de Contas registou aquisições no montante global de 18.592,87€, destacando-se a aquisição de 4 equipamentos de ar-condicionado e diversos equipamentos informáticos. Registaram-se 8.780,57€ de abates, sendo o valor mais significativo relacionado com impressoras, fotocopiadoras e material informático obsoleto.



h

3.2. Existências e Consumos

3.2.1. Identificação das Contas

Existências (TC - COFRE)						
Rubricas de Clientes	Saldo em 31Dez15	Saldo em 31Dez14	Amostra ABC Valor a	Amostra ABC % a 31Dez15	N.º Processos Analisados	(Valores em Euros) Var. 31Dez15 vs 31Dez14
EXISTÊNCIAS						
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,0%	0	0,00
Matérias Primas (Mat. Diversos)	3 962,00	3 532,06	757,61	19,1%	2	429,94
Total	3 962,00	3 532,06	757,61	19,1%	2	429,94

3.2.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadro seguinte:

MOVIMENTO DE STOCKS DURANTE 2015				
Conta	36	TOTAIS		
Descrição	Matérias Primas (Mat. Diverso)			
<i>Stock inicial</i>	3 532,06	3 532,06		
<i>Compras / Produção</i>	5 273,52	5 273,52		
<i>Consumos</i>	4 843,58	4 843,58		
<i>Contabilidade</i>	<i>Sobras</i>	8,20	8,20	
	<i>Regularizações fim de exerc.</i>	<i>Quebras</i>	8,20	8,20
		<i>Outros</i>	0,00	
	<i>Stock final</i>	3 962,00	3 962,00	
	<i>Stock final (calculado)</i>	3 962,00	3 962,00	
	<i>Diferenças</i>	0,00		

- Verificação da fórmula de custeio utilizada para a mensuração das existências e validar a formação do custo por item, tendo sido analisados 6 produtos, constatando-se que os mesmos estão conformes e que não existem variações materiais face aos últimos preços de aquisição;
- Análise e verificação dos procedimentos de aquisição de bens, face aos normativos vigentes no âmbito da contratação pública.

3.2.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2015 verificou-se a aquisição de 5.273,52€ de material de consumo administrativo, tendo sido consumido o valor de 4.843,58€.



Arvedo Rodrigues, Sateiha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados - Oficial de Contas, Lda.

Em termos de escolha do procedimento de contratação pública, para as aquisições analisadas, foi verificada a conformidade dos processos de aquisição de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 197/99 e Decreto-Lei n.º 18/08, particularmente os procedimentos adotados quanto à competência para a autorização das despesas, tipo e escolha de procedimentos. No ponto 5 apresentamos as verificações efetuadas, bem como as principais conclusões.

3.3. Clientes, Contribuintes e Utentes

3.3.1. Identificação das Contas

Resumo Clientes, Contribuintes e Utentes						
Rubricas de Clientes	Saldo em 31Dez15	Saldo em 31Dez14	Amostra ABC Valor a	Amostra ABC % a 31Dez15	N.º Processos Analisados	(Valores em Euros)
						Var. 31Dez15 vs 31Dez14
CIRCULARIZAÇÃO REPORTADA A 31DEZ15						
Clientes Nacionais - Público	0,00	0,00	0,00			0,00
Clientes Nacionais - Privado	0,00	0,00	0,00			0,00
Subtotal #211	0,00	0,00	0,00		0	0,00
Contribuintes Nacionais - Público	18 901,40	6 391,87	18 880,40	99,9%	6	12 509,53
Contribuintes Nacionais - Privado	1 345,08	1 282,03	198,51	14,8%	1	63,05
Contribuinte Intracomunitário	0,00	0,00	0,00			0,00
Contribuinte - Esporádicos	0,00	0,00	0,00			0,00
Subtotal #212	20 246,48	7 673,90	19 078,91	94,2%	7	12 572,58
Clientes Cobrança Duvidosa em atraso	916,06	157,50	686,56	74,9%	1	758,56
Contribuintes Cobrança Duvidosa em atraso	0,00	0,00	0,00			0,00
Subtotal #218	916,06	157,50	686,56	74,9%	1	758,56
Total	21 162,54	7 831,40	19 765,47	93,4%	8	13 331,14

3.3.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Circularização externa de saldos de clientes, contribuinte e utentes, tendo-se obtido resposta concordante de 7 contribuintes/clientes, não tendo sido assim necessário efetuar a reconciliação das respostas obtidas;
- Realização de procedimentos alternativos para uma das entidades que não responderem ao pedido de circularização, tendo-se validado a totalidade do saldo;
- Análise da antiguidade dos saldos, verificando a existência de saldos em cobrança duvidosa, aferindo da necessidade de constituição de provisão para cobranças duvidosas, conforme quadro seguinte:





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Officeis de Contas, Lda.

h

MAPA DE AJUSTAMENTOS DÍVIDAS DE CONTRIBUINTES/CLIENTES				
Cliente / Factura	Valor	% Ajustada	% Ajustada Anos Anteriores	Total
José Manuel Nascimento Ferreira - DC 29-C/2015	229,50	100%	0%	229,50
José Ismael Gomes Fernandes - DC 6-C/2015	343,28	100%	0%	343,28
José Ismael Gomes Fernandes - DC 7-C/2015	343,28	100%	0%	343,28
				2015
				916,06
				2014
				157,50
Valor Ajustado (contabilidade)	758,56		V. Calculado: Aumento	758,56
	<i>Valor líquido (Custo - Provento)</i>		Diferença / Correção	0,00

3.3.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2015 verificámos um aumento de 13.331,14€ no saldo de clientes/contribuintes, motivado principalmente pelo saldo em dívida no final do ano da Câmara Municipal de Santa Cruz. Verificámos ainda um aumento nas dívidas em cobrança duvidosa provocado pela inclusão da dívida do contribuinte José Ismael Gomes Fernandes.

3.4. Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis

3.4.1. Identificação das Contas

DISPONIBILIDADES						
Rubricas de Disponibilidades	Saldo em 31Dez15	Saldo em 31Dez14	Amostra ABC Valor a 31Dez15	Amostra ABC % a 31Dez15	N.º Processos Analisados	Valores em Euros
						Var. 31Dez15 vs 31Dez14
CIRCULARIZAÇÃO REPORTADA A 31DEZ15						
Caixa - Fundo de Maneio	2 090,00	2 090,00	2 090,00	100,0%	1	0,00
Depósitos à ordem - Caixa Geral de Depósitos	0,00	0,00	0,00			0,00
Depósitos à ordem - Contas do Tesouro	320 858,40	173 126,47	320 858,40	100,0%	3	147 731,93
Títulos Negociáveis - Títulos da Dívida Pública - CEDIC	1 300 000,00	1 800 000,00	1 300 000,00	100,0%	1	-500 000,00
Total	1 622 948,40	1 975 216,47	1 622 948,40	100,0%	5	-352 268,07

3.4.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadros seguintes:

VALORES EM CAIXA								
Conta	Caixa	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C.	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.
111000000	Caixa A	2 090,00 €	2 090,00 €	2 090,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
118010000	Fundo de Maneio	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
	Total Caixa em Euros	2 090,00 €	2 090,00 €	2 090,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
	Total Valores Monetários	2 090,00 €	2 090,00 €	2 090,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-



Arvedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisoras
Costa & Associados, Sociedade de Contas, Lda.

Verificámos a existência de 13 Fundos de Maneio, um por cada rubrica orçamental associada, tendo-se validado a reposição dos mesmos a 31/12/2015 para a Caixa A.

VALORES MONETÁRIOS								
Conta	Banco	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.
120035	Dep. IF-CGD-Cla2-Mov	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
	Total D.O. - CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
1302000011	Tes. Fun. Própr-PP01-R	46 306,12 €	14 291,07 €	158 994,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
1302000012	Tes. Fun. Própr-PP01-M	144 703,81 €	144 703,81 €					
1302000021	Tes. Fun. Própr-PP02-R	165 404,85 €	71 560,92 €	160 638,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
1302000022	Tes. Fun. Própr-PP02-M	232 199,77 €	232 199,77 €					
1302000032	Tes. Fun. Própr-PP03-M	7 933,86 €	1 224,67 €	1 224,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
	Total O.D.B. (Contas do Tesouro)	173 126,47 €	320 858,40 €	320 858,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
	Total Val. Monetários Euros	173 126,47 €	320 858,40 €	320 858,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
	Total Valores Monetários	173 126,47 €	320 858,40 €	320 858,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK

- Pedido de confirmação externa dos saldos a 31 de Dezembro de 2015 às entidades financeiras, cruzando as respostas com os saldos contabilísticos, não se tendo detetado qualquer incoerência. Verificámos que a conta na CGD foi encerrada a 31-12-2015;
- Confirmámos as condições e os poderes de autorização de movimentação das contas bancárias;
- Análise e verificação das reconciliações bancárias a 31 de Dezembro de 2015, analisando os principais itens em aberto e verificando a sua regularização no início de 2016, tendo-se verificado que não existe qualquer item em aberto no fim do período;
- Solicitação e análise dos mapas de responsabilidades da base de dados de contas e da informação sobre o uso do cheque, obtidos junto do Banco de Portugal, não se tendo detetado qualquer situação.
- Pedido de confirmação externa dos saldos evidenciados na rubrica de títulos negociáveis, tendo-se verificado que a 31 de Dezembro de 2015, existia uma aplicação de 1.300.000,00€, conforme quadro seguinte:

OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS								
Conta	Descrição	Saldo Inicial	Valor Bruto Contab. Final	Valor a 31/12	Diferença	Ajustamento (calculado)	Ajustamento (contab.)	Obs.
1533000000	Títulos div publ - CEDIC	1 800 000,00 €	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
	Total Outros Instrumentos Financeiros	1 800 000,00 €	1 300 000,00 €	1 300 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK

Verificámos também a correta especialização/regularização dos respetivos juros destas aplicações, conforme quadro seguinte:

JUROS A RECONHECER (acréscimo do rendimento de juros) DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS															
Conta	Banco	n.º Conta Bancária	Valor	Taxa Anual	Período		Prazo	Juro Líquido do Período			Juro recebido	Diferença			
					Data Início	Data Vencimento		Total	2015	2016					
1302000032	IGCP	0781 0112 0000006772 28	1 300 000,00 €	0,13%	20/08/2015	06/01/2016	139	134	5	652,53 €	629,06 €	23,47 €	652,53 €	0,00 €	
			Total	1 300 000,00 €	-	-	-	-	-	-	652,53 €	629,06 €	23,47 €	652,53 €	0,00 €



b

3.4.3. Revisão Analítica

Da análise efetuada verificámos uma diminuição das disponibilidades em cerca de 350 m€, provocada essencialmente pela diminuição das aplicações CEDIC em 500 mil euros, que não foi totalmente compensada pelo aumento dos depósitos bancários existentes no IGCP.

3.5. Acréscimos e Diferimentos

3.5.1. Identificação das Contas

Acréscimos e Diferimentos (TC-COFRE)							(Valores em Euros)
Contas	Saldo em 31Dec15	Saldo em 31Dec14	Especializações Constituídas 15	Amostra ABC Valor a 31Dec15	Amostra ABC % a 31Dec15	Nº Processos Analizados	Var. 31Dec15 vs 31Dec14
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS							
Acréscimos de Provetos - Impostos e Taxas	153 719,06	141 933,29	11 785,77	112 661,22	73,3%	11	11 785,77
Acréscimos de Provetos - Provetos Suplementares	5 000,56	240,00	4 760,56	2 781,60	55,6%	4	4 760,56
Acréscimos de Provetos - Juros	629,06	256,02	629,06	629,06	100,0%	1	373,04
Subtotal	159 348,68	142 429,31	17 175,39	116 071,88	72,8%	16	16 919,37
CUSTOS DIFERIDOS							
Custos diferidos - Outros	5 643,37	5 703,63	5 643,37	4 790,10	84,9%	5	-60,26
Subtotal	5 643,37	5 703,63	5 643,37	4 790,10	84,9%	5	-60,26
Total	164 992,05	148 132,94	22 818,76	120 861,98	157,7%	21	16 859,11
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS							
Acréscimos de Custos - Seguros a Liquidar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0	0,00
Acréscimos de Custos - Remunerações a Liquidar	-13 438,17	-11 159,51	-13 438,17	-13 438,17	100,0%	1	-2 278,66
Acréscimos de Custos - Juros Liq.	-157,26	-73,15	-157,26	-157,26	100,0%	1	-84,11
Acréscimos de Custos - Custos com FSE-EnInst	-1 288,46	-1 432,34	-1 288,46	-1 105,28	85,8%	2	143,88
Acréscimos de Custos - Custos com FSE-Comum	-248,47	-593,31	-248,47	-209,87	84,5%	1	344,84
Acréscimos de Custos - Custos com FSE-C.Pess	0,00	-118,73	0,00	0,00	0,0%	0	118,73
Acréscimos de Custos - Custos com FSE-Out.Ac	-60,00	0,00	-60,00	0,00	0,0%	0	-60,00
Subtotal	-15 192,36	-13 377,04	-15 192,36	-14 910,58	98,1%	5	-1 815,32
Total	144 156,32	129 052,77	1 983,03	101 161,30	70,2%	21	15 104,65

3.5.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano e da correta aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, conforme quadro seguinte:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Conta A&D	Tipo	Saldo Inicial	Saldo Final	Ajustamento	Saldo Corrigido
271	Acréscimo de Prestações suplementares // Clientes	141 933,29 €	153 719,06 €	0,00 €	153 719,06 €
271	Acréscimo de Prestações suplementares // O.Dev.	240,00 €	5 000,56 €	0,00 €	5 000,56 €
271	Acréscimo de Juros e outros proveitos financeiros	256,02 €	629,06 €	0,00 €	629,06 €
	Total acréscimo de proveitos	142 429,31 €	159 348,68 €	0,00 €	159 348,68 €
	Total proveitos diferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
273	Acréscimo de FSE	2 144,38 €	1 596,93 €	0,00 €	1 596,93 €
273	Acréscimo de custos com o pessoal	11 159,51 €	13 438,17 €	0,00 €	13 438,17 €
273	Acréscimo de custos financeiros	73,15 €	157,26 €	0,00 €	157,26 €
	Total acréscimo de custos	13 377,04 €	15 192,36 €	0,00 €	15 192,36 €
272	Diferimento de outros custos operacionais // O.Credores	5 703,63 €	5 643,37 €	0,00 €	5 643,37 €
272	Diferimento de juros e outros custos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Total custos diferidos	5 703,63 €	5 643,37 €	0,00 €	5 643,37 €



- Verificamos por amostragem os custos registados em Janeiro de 2016 e validação da necessidade de especialização (acréscimo), não se tendo detetado situações materiais;
- Analisamos e validámos os processos e cálculos relacionados com a especialização dos proveitos referentes a impostos e taxas, bem como os cálculos relacionados com a especialização das remunerações a liquidar (férias, subsídio de férias, horas extraordinárias e outros abonos);

3.5.3. Revisão Analítica

Verificámos um aumento em cerca de 17 mil euros dos acréscimos de proveitos, essencialmente motivados pela especialização dos emolumentos e do reembolso de despesas, valores que foram por nós validados por amostragem.

O aumento do acréscimo de custos de 1,8 mil euros está relacionado com o aumento da estimativa de remunerações a liquidar.

3.6. Provisões, outros riscos e encargos e contingências

3.6.1. Procedimentos Realizados

Nesta área analisamos a resposta dos advogados da entidade, não se tendo identificado nenhum processo a correr contra o Tribunal de Contas - Madeira que possam originar qualquer contingência ou responsabilidade.

3.6.2. Revisão Analítica

Não existiram quaisquer movimentos contabilísticos nesta área durante o ano de 2015.

3.7. Fundos Próprios

3.7.1. Identificação das Contas

Fundos Próprios (TC - COFRE)						
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dec15	Saldo em 31Dec14	Amostra ABC Valor a	Amostra ABC % a 31Dec15	N.º Processos Analisados	(Valores em Euros)
						Var. 31Dec15 vs 31Dec14
FUNDOS PRÓPRIOS						
Fundos Próprios - Património Inicial	3 691 338,32	3 691 338,32		0,0%		0,00
Fundos Próprios - Reservas / Doações	0,40	0,40		0,0%		0,00
Fundos Próprios - Resultados Transfados	55 648,36	576 350,05	520 701,69	90,3%	1	-520 701,69
Fundos Próprios - Resultado Líquido do exercício	-355 377,35	-520 701,69		0,0%		165 324,34
Total	3 391 609,73	3 746 987,08	520 701,69	90,3%	1	-355 377,35



B

3.7.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadro seguinte:

FUNDOS PRÓPRIOS						
Situações	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	SF	SF validado	Diferenças
Fundo Patrimonial	3 691 338,32 €	0,00 €	0,00 €	3 691 338,32 €	3 691 338,32 €	0,00 €
Resultado líquido do exercício	-520 701,69 €	520 701,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas Decorrentes da Transf. de Activos	0,40 €	0,00 €	0,00 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €
Resultados Transitados	576 350,05 €	0,00 €	520 701,69 €	55 648,36 €	55 648,36 €	0,00 €
Total Fundos Próprios	3 746 987,08 €	520 701,69 €	520 701,69 €	3 746 987,08 €	3 746 987,08 €	0,00 €

- Não se identificaram quaisquer doações obtidas no exercício, referentes a numerário e/ou equipamentos;
- Confirmámos os movimentos da rubrica de Resultados Transitados, que respeitam à aplicação do resultado líquido do período anterior;
- Verificámos também que a entidade não contabilizou em Resultados Transitados quaisquer regularizações não frequentes e de grande significado.

3.7.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2015 verificámos uma diminuição dos Fundos Próprios em cerca de 355 mil euros, motivado pelo resultado líquido negativo da sua atividade. Para além do resultado líquido do período e da aplicação do resultado líquido negativo do ano anterior, não se identificaram quaisquer outros movimentos nas contas de Fundos Próprios.

3.8. Fornecedores

3.8.1. Identificação das Contas

Resumo - Fornecedores						
Rubricas de Fornecedores	Saldo em 31Dec15	Saldo em 31Dec14	Amostra ABC Valor a 31Dec15	Amostra ABC % a 31Dec15	N.º Processos Analisados	Var. 31Dec15 vs 31Dec14
CIRCULARIZAÇÃO REPORTADA A 31DEZ15						
Fornecedores C/C						
Fornecedores Nacionais - Público	0,00	0,00	0,00		0	0,00
Fornecedores Nacionais - Privado	0,00	0,00	0,00		4	0,00
Fornecedores - Adiantamentos	2,87	0,00	0,00	0,0%	0	2,87
Subtota	2,87	0,00	0,00	0,0%	4	2,87
Fornecedores de Imobilizado						
Fornecedores de Imobilizado - Privado	-4 774,10	0,00	-4 774,10	100,0%	1	-4 774,10
Subtota	-4 774,10	0,00	-4 774,10	100,0%	1	-4 774,10
Total	-4 771,23	0,00	-4 774,10	100,0%	5	-4 774,23



3.8.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Circularização externa de saldos de fornecedores, tendo-se obtido resposta para os 5 fornecedores circularizados. Destas respostas, 3 foram concordantes, sendo que duas foram reconciliadas, tendo em atenção o saldo a 31 de Dezembro de 2015.

3.8.3. Revisão Analítica

Verificámos um aumento do saldo de fornecedores motivado pelo valor em dívida ao fornecedor de imobilizado CMM -Carp. Mecânica Machiquense, Lda, que à data do fim do ano se encontrava a realizar trabalhos de carpintaria no edifício sede do Tribunal de Contas - Madeira (ver imobilizados em curso).

3.9. Fornecimentos e Serviços Externos

3.9.1. Identificação das Contas

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) TC - COFRE						
(Valores em Euros)						
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dez15	Saldo em 31Dez14	Amostra ABC Valor a 31Dez15	Amostra ABC % a 31Dez15	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez15 vs 31Dez14
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS - FSE						
FSE - Conservação e Reparação	9 107,66	7 404,09	2 590,26	28,4%	3	1 703,57
FSE - Electricidade	11 886,66	12 300,23	3 126,21	26,3%	3	-413,57
FSE - Trabalhos Especializados	43 443,68	42 326,03	43 368,68	99,8%	5	1 117,65
FSE - Vigilância e Segurança	7 341,16	17 618,25	7 340,76	100,0%	5	-10 277,09
FSE - Limpeza, higiene e Conforto	36 536,91	26 252,66	35 809,19	98,0%	19	10 284,25
FSE - Comunicação	6 196,77	7 042,33	2 153,09	34,7%	7	-845,56
FSE - Deslocações e Estadas	28 170,53	24 102,09	6 900,96	24,5%	6	4 068,44
FSE - Outros FSE	11 035,68	15 855,38	7 651,34	69,3%	2	-4 819,70
FSE - Outras Contas	9 607,45	10 715,16	4 202,06	43,7%	3	-1 107,71
Total	163 326,50	163 616,22	113 142,55	69,3%	53	-289,72

3.9.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano e testes substantivos às principais rubricas de FSE, analisando-se uma amostra de 53 processos, não se tendo detetado qualquer situação não conforme;



b

- Análise e verificação dos procedimentos de aquisição dos bens e serviços face aos normativos vigentes no âmbito da contratação pública.

3.9.3. Revisão Analítica

De 2014 para 2015 não se verificaram variações significativas nesta área, tendo-se unicamente detetado que os sete primeiros meses do contrato de vigilância e segurança, no valor de 10.277,09€, foram registados erradamente na conta de FSE - Limpeza, higiene e Conforto.

Em termos de escolha do procedimento de contratação pública, para as aquisições analisadas, foi verificada a conformidade dos processos de aquisição de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 197/99 e Decreto-Lei n.º 18/08, particularmente os procedimentos adotados quanto à competência para a autorização das despesas, tipo e escolha de procedimentos. No ponto 5 apresentamos as verificações efetuadas, bem como as principais conclusões.

3.10. Custos com o Pessoal

3.10.1. Identificação das Contas

Custos com Pessoal (TC - COFRE)						
Rubricas de Pessoal	Saldo em 31Dez15	Saldo em 31Dez14	Amostra ABC Valor a 31Dez15	Amostra ABC % a 31Dez15	N.º Processos Analisados	(Valores em Euros)
						Var. 31Dez15 vs 31Dez14
CUSTOS COM PESSOAL - CP						
CP - Remunerações Órgãos Diretivos	5 272,78	5 191,44	0,00	0,0%		81,34
CP - Remunerações ao Pessoal	563 747,62	684 410,94	85 990,89	15,3%	1	-120 663,32
CP - Encargos Sobre Remunerações	134 305,67	168 470,64	2 370,07	1,8%	1	-34 164,97
CP - Seguros	849,58	849,58	0,00	0,0%		0,00
CP - Outros Custos Com Pessoal	9 409,19	1 920,80	0,00	0,0%		7 488,39
Total	713 584,84	860 843,40	88 360,96	12,4%	2	-147 258,56

3.10.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos e teste ao processamento de ordenados do mês de Dezembro, validando os valores de ordenados base e suplementos, os cálculos dos descontos legais e os valores finais a pagar;
- Teste à consistência do processamento de remunerações do mês de Dezembro e os registos contabilísticos associados;



3.10.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2015, verificou-se uma diminuição de 147 mil euros nos custos com o pessoal, motivados fundamentalmente pelo acréscimo das transferências recebidas do Orçamento do Estado, que implicou que os valores suportados pelo Cofre Privativo fossem inferiores aos do ano anterior.

3.11. Outros Custos e Perdas

3.11.1. Identificação das Contas

Outros Custos e Perdas TC - COFRE						
Rubricas de Custos	Saldo em 31Dez15	Saldo em 31Dez14	Amostra ABC Valor a 31Dez15	Amostra ABC % a 31Dez15	N.º Processos Analisados	(Valores em Euros)
						Var. 31Dez15 vs 31Dez14
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS						
OCO - IRC	492,34	2 062,06	492,34	100,0%	1	-1 569,72
Subtotal	492,34	2 062,06	492,34	100,0%	1	-1 569,72
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS						
CPE - Correções de Exerc. Anteriores.	5 553,79	41 826,45	4 483,85	80,7%	9	-36 272,66
CPE - Perdas em existências	8,20	0,60	0,00	0,0%	0	7,60
Subtotal	5 561,99	41 827,05	4 483,85	80,6%	9	-36 265,06
Total	6 054,33	43 889,11	4 976,19	82,2%	10	-37 834,78

3.11.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Verificação das principais operações registadas nestas rubricas.

3.11.3. Revisão Analítica

O saldo da rubrica de Outros Custos Operacionais respeita a retenções de IRC sobre os juros obtidos das aplicações CEDIC, os quais constituem um custo para o Tribunal de Contas, dado o mesmo não ser um sujeito passivo de IRC. O decréscimo verificado face ao ano anterior resulta da diminuição das taxas de juro e do montante das aplicações CEDIC.

O saldo da rubrica de Custos e Perdas Extraordinárias – Correções de Exercícios Anteriores diz respeito fundamentalmente a correções de especialização de emolumentos efetuados durante o ano de 2014, tendo sido validado aquando do teste à especialização dos mesmos.



b

3.12. Impostos e Taxas

3.12.1. Identificação das Contas

IMPOSTOS, TAXAS, MULTAS E PENALIDADES (TC - COFRE)						
Rubricas das Contas	Saldo em	Saldo em	Amostra ABC	Amostra ABC	N.º Processos	Var. 31Dez15
	31Dez15	31Dez14	Valor a	% a 31Dez15	Analisados	vs 31Dez14
IMPOSTOS, TAXAS, MULTAS E PENALIDADES						
Imp. Tax. Mult. Penal.	546 541,78	548 578,93	321 639,72	58,8%	26	-2 037,15
Total	546 541,78	548 578,93	321 639,72	58,8%	26	-2 037,15

3.12.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Revisão analítica e análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Testes de conformidade dos emolumentos liquidados e cobrados, tendo em atenção o "Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas", não se tendo detetado nenhuma situação relevante;
- Analisamos a base de dados (RIGORE) de todos os emolumentos liquidados e cobrados da entidade e verificámos, através de testes analíticos, se a mesma foi integralmente contabilizada nas contas correspondentes;
- Follow-up das especializações efetuadas no ano anterior e sua regularização.

3.12.3. Revisão Analítica

Os proveitos relativos a emolumentos de impostos e taxas, registou em termos globais uma diminuição imaterial de 2.037,15€, mantendo-se assim a atividade do ano anterior.

3.13. Outros Proveitos e Ganhos

3.13.1. Identificação das Contas

Outros Proveitos e Ganhos TC - COFRE						
Rubricas de Proveitos	Saldo em	Saldo em	Amostra ABC	Amostra ABC	N.º Processos	Var. 31Dez15
	31Dez15	31Dez14	Valor a 31Dez15	% a 31Dez15	Analisados	vs 31Dez14
PROVEITOS SUPLEMENTARES						
PS - Outros	10 785,82	4 440,00	2 781,60	25,8%	4	6 345,82
Subtotal	10 785,82	4 440,00	2 781,60	25,8%	4	6 345,82
PROVEITOS FINANCEIROS						
Juros CEDIC	2 005,94	8 211,66	629,06	31,4%	1	-6 205,72
Subtotal	2 005,94	8 211,66	629,06	31,4%	1	-6 205,72
PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS						
Proveitos Extr. - Existências	8,20	0,00	0,00	0,0%		8,20
Proveitos Extr. - Red. de Provisões	157,50	0,00	157,50	100,0%	1	157,50
Proveitos Extr. - Correções de Exerc. Anteriores	18 825,95	35 938,15	17 837,77	94,8%	4	-17 112,20
Subtotal	18 991,65	35 938,15	17 995,27	94,8%	5	-16 946,50
Total	31 783,41	48 589,81	21 405,93	67,3%	10	-16 806,40



b

3.13.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Verificação das principais operações registadas nestas rubricas.

3.13.3. Revisão Analítica

Os Proveitos Suplementares dizem respeito fundamentalmente a reembolsos de viagens no âmbito da alínea a) do nº 1 do artigo 1º do DL72/96 de 12 de junho. Este saldo foi validado por amostra aquando do teste à especialização de acréscimo de proveitos.

Nos Proveitos e Ganhos Financeiros estão registados os juros obtidos das aplicações CEDIC, tendo-se verificado um decréscimo no valor, em relação ao ano anterior, resultante da diminuição das taxas de juro e do montante das aplicações.

O saldo da rubrica de Proveitos e Ganhos Extraordinárias – Correções de Exercícios Anteriores diz respeito fundamentalmente a correções de especialização de emolumentos efetuados durante o ano de 2014, tendo sido validado aquando do teste à especialização dos mesmos.

4. SITUAÇÃO PATRIMONIAL (ORÇAMENTO DO ESTADO)

4.1. Investimentos Financeiros, Imobilizações Corpóreas e Amortizações

4.1.1. Identificação das Contas

INVESTIMENTOS FINANCEIROS E IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (TC - OE)											
(Valores em Euros)											
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dec13	Saldo em 31Dec14	Aquisições de Imobilizado 2014	Amostr. ABC Valores a 31Dec14	Amostr. ABC % a 31Dec14	Nº Processos Análises	Abater de Imobilizado 2014	Amostr. ABC Valores a 31Dec14	Amostr. ABC % a 31Dec14	Nº Processos Análises	Var. 31Dec14 vs 31Dec13
INVESTIMENTOS FINANCEIROS											
Terrenos e Recursos Naturais	23 692,90	23 692,90	0,00	0,00							0,00
Edifícios e Outras Construções	71 076,70	71 076,70	0,00	0,00							0,00
Totais de Investimentos Financeiros	94 771,60	94 771,60	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS											
Terrenos e Recursos Naturais	760 684,25	760 684,25	0,00	0,00							0,00
Edifícios e Outras Construções	2 282 052,75	2 282 052,75	0,00	0,00							0,00
Equipamento Básico	148 304,08	148 304,08	0,00	0,00							0,00
Equipamento de Transporte	-	-	0,00	0,00							0,00
Ferramentas e Utensílios	638,77	638,77	0,00	0,00							0,00
Equipamento Administrativo	275 752,75	276 603,37	0,00	0,00			-850,62	-850,62	100,0%	1	-850,62
Outras Imobilizações Corpóreas	465 215,53	465 489,87	0,00	0,00			-274,34	-274,34	100,0%	1	-274,34
Totais das Imobilizações Corpóreas	3 932 046,13	3 933 773,09	0,00	0,00	0,0%	0	-1 124,98	-1 124,98	100,0%	2	-1 124,98



h

Rubrica das Contas	Saldo em 31/Dec/14	Saldo em 31/Dec/15	Amortizações de Exercício 2015	Amortizações ABC Valores a 31/Dec/15	Amortizações ABC % a 31/Dec/15	N.º Processos Arquivados	Abates de Imobilizado 2015	Amortizações ABC Valores a 31/Dec/15	Amortizações ABC % a 31/Dec/15	N.º Processos Arquivados	Var. 31/Dec/15 vs 31/Dec/14
AMORT. A CUM. INV. FINANCEIROS											
Terenos e Recursos Naturais											0,00
Edifícios e Outras Construções	-74 662,77	-71 768,21	-894,06	-894,06	100,0%	1					-894,06
Totais das Amortizações acumuladas	-74 662,77	-71 768,21	-894,06	-894,06	100,0%	1	0,00	0,00	100,0%	1	-894,06
AMORT. A CUM. IMOB. CORPORAIS											
Terenos e Recursos Naturais											0,00
Edifícios e Outras Construções	-407 301,88	-381 967,41	-25 334,47	-25 334,47	100,0%	1					-25 334,47
Equipamento Básico	-148 304,08	-148 304,08									0,00
Equipamento de Transporte											0,00
Ferramentas e Utensílios	-638,77	-638,77									0,00
Equipamento Administrativo	-275 244,78	-276 095,40					850,62	850,62	100,0%	1	850,62
Outras Imobilizações Corporais	-46 046,07	-46 320,41					274,34	274,34	100,0%	1	274,34
Totais das Amortizações acumuladas	-877 935,58	-853 326,07	-25 334,47	-25 334,47	100,0%	1	1 124,96	1 124,96	100,0%	2	-24 299,51

4.1.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, tendo em atenção os registos no sistema de gestão de imobilizado e os valores apresentados na contabilidade, conforme quadros seguintes:

IMOBILIZADOS					
	2014	2015	Montantes Validados	Diferença	Observações
4141	23 692,90 €	23 692,90 €	23 692,90 €	0,00 €	Variação OK
4142	71 078,70 €	71 078,70 €	71 078,70 €	0,00 €	Variação OK
T414	94 771,60 €	94 771,60 €	94 771,60 €	0,00 €	
421	760 684,25 €	760 684,25 €	760 684,25 €	0,00 €	Variação OK
422	2 282 052,75 €	2 282 052,75 €	2 282 052,75 €	0,00 €	Variação OK
423	148 304,08 €	148 304,08 €	148 304,08 €	0,00 €	Variação OK
425	638,77 €	638,77 €	638,77 €	0,00 €	Variação OK
426	276 603,37 €	275 752,75 €	275 752,75 €	-0,00 €	Variação OK
429	465 489,87 €	465 215,53 €	465 215,53 €	0,00 €	Variação OK
T42	3 933 773,09 €	3 932 648,13 €	3 932 648,13 €	-0,00 €	
Total	4 028 544,69 €	4 027 419,73 €	4 027 419,73 €	-0,00 €	

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
	2014	2015	Montantes Validados	Diferença	Observações
4812	23 768,21 €	24 662,27 €	24 662,27 €	0,00 €	Variação OK
T481	23 768,21 €	24 662,27 €	24 662,27 €	0,00 €	
4822	381 967,41 €	407 301,88 €	407 301,88 €	0,00 €	Variação OK
4823	148 304,08 €	148 304,08 €	148 304,08 €	0,00 €	Variação OK
4825	638,77 €	638,77 €	638,77 €	0,00 €	Variação OK
4826	276 095,40 €	275 244,78 €	275 244,78 €	-0,00 €	Variação OK
4829	46 320,41 €	46 046,07 €	46 046,07 €	0,00 €	Variação OK
T482	853 326,07 €	877 535,58 €	877 535,58 €	-0,00 €	
Total	877 094,28 €	902 197,85 €	902 197,85 €	-0,00 €	

- Análise das principais aquisições de imobilizado, respetivo controlo físico e fichas de imobilizado, tendo-se verificado que no período em análise não se efetuou qualquer aquisição;
- Análise das principais alienações e abates e do cumprimento das normas legais, tendo-se detetado que não ocorreram quaisquer alienações durante o período. No que respeita



aos abates, validou-se os respetivos autos de abate (nº1/2015 e 2/2015), tendo-se verificado os bens abatidos e o respetivo registo contabilístico;

- Validação do cálculo das amortizações do exercício e consistência dos critérios face ao ano anterior, conforme quadro seguinte:

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO			
	2015	Montantes Validados	Diferença
6832	894,06 €	894,06 €	0,00 €
T683	894,06 €	894,06 €	0,00 €
6622	25 334,47 €	25 334,47 €	0,00 €
T662	25 334,47 €	25 334,47 €	0,00 €
Total 683	894,06 €	894,06 €	0,00 €
Total 66	25 334,47 €	25 334,47 €	0,00 €

Verificámos a aplicação das taxas de amortização adotadas de acordo com o disposto na Portaria 671/2000 (CIBE), bem como o correto registo contabilístico.

- Confirmação da titularidade dos bens sujeitos a registo (Imóveis):
 - 1) Palácio do Esmeraldo, sede do Tribunal de Contas - Madeira - ver ponto 3.1.2 anterior;
 - 2) Casa de função de São Gonçalo - imóvel propriedade do Estado, que foi cedido em 22 de Novembro de 1988 ao Tribunal de Contas - Madeira para residência do Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas da Madeira. Aquando da aquisição da Casa de função dos Ilhéus em 2007, a casa de função de São Gonçalo passou a estar inativa, tendo sido desafetada da atividade operacional do Tribunal e transferida contabilisticamente (em 2009) para a conta de Investimentos em Imóveis (conta 41).
- Análise à política de cobertura de seguros aplicáveis ao imobilizado - ver ponto 3.1.2 anterior.

4.1.3. Revisão Analítica

Durante o período em análise não se efetuou qualquer aquisição de investimentos financeiros ou de imobilizado no âmbito do Orçamento de Estado, tendo-se verificado apenas abates de 6 equipamentos por se encontrarem obsoletos.



B

4.2. Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis

4.2.1. Identificação das Contas

DISPONIBILIDADES						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Disponibilidades	Saldo em 31Dec15	Saldo em 31Dec14	Amostra ABC Valor a 31Dec15	Amostra ABC % a 31Dec15	Nº Processos Analisados	Var. 31Dec15 vs 31Dec14
CIRCULARIZAÇÃO REPORTADA A 31DEZ15						
Depósitos à ordem - Contas do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,0%	1	0,00
Total	0,00	0,00	0,00		1	0,00

4.2.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadro seguinte:

VALORES MONETÁRIOS								
Conta	Banco	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.
1311010001	Tes-DesOE-Fun-NC01-R	- €	- €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
1311010002	Tes-DesOE-Fun-NC01-M	- €	- €					
Total O.D.B. (Contas do Tesouro)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Val. Monetários Euros		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Valores Monetários		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK

- Pedido de confirmação externa dos saldos a 31 de Dezembro de 2015 ao IGCP, cruzando a resposta com o saldo contabilístico, não se tendo detetado qualquer diferença;
- Confirmação das condições e dos poderes de autorização de movimentação da conta bancária;
- Análise e verificação das reconciliações bancárias a 31 de Dezembro de 2015, verificando os principais itens em aberto e a sua regularização no início de 2016. A conta não apresenta saldo nesta data, pelo que não existem itens em aberto;
- Solicitação e análise dos mapas de responsabilidades da base de dados de contas e da informação sobre o uso do cheque, obtidos junto do Banco de Portugal;

4.2.3. Revisão Analítica

A conta do IGCP registada na contabilidade do Tribunal de Contas - OE, é uma conta de passagem, que no final do período se encontra sempre saldada, conforme estrato bancário à data.



4.3. Acréscimos e Diferimentos

4.3.1. Identificação das Contas

Acréscimos e Diferimentos (TC-OE)							
(Valores em Euros)							
Contas	Saldo em 31/Dez/15	Saldo em 31/Dez/14	Especializações Constituídas 15	Amostra ABC Valor a 31/Dez/15	Amostra ABC % a 31/Dez/15	N.º Processos Analisados	Var. 31/Dez/15 vs 31/Dez/14
PROVEITOS DIFERIDOS							
Provetos Diferidos - Imobilizado	1 874 750,87	1 900 085,34	-25 334,47	-25 334,47	100,0%	1	-25 334,47
Subtotal	1 874 750,87	1 900 085,34	-25 334,47	-25 334,47	100,0%	1	-25 334,47
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS							
Acréscimos de Custos - Remunerações a Liquidar	214 709,60	211 633,60	214 709,60	214 709,60	100,0%	1	3 076,00
Subtotal	214 709,60	211 633,60	214 709,60	214 709,60	100,0%	1	3 076,00
Total	2 089 460,47	2 111 718,94	189 375,13	189 375,13	100,0%	2	-22 258,47

4.3.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadro seguinte:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Conta A&D	Tipo	Saldo Inicial	Saldo Final	Ajustamento	Saldo Corrigido
	Total acréscimo de proveitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
274	Diferimento Subsídios à exploração e ao investimento	1 900 085,34 €	1 874 750,87 €	0,00 €	1 874 750,87 €
274	Diferimento de Juros e outros proveitos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Total proveitos diferidos	1 900 085,34 €	1 874 750,87 €	0,00 €	1 874 750,87 €
273	Acréscimo de custos com o pessoal	211 633,60 €	214 709,60 €	0,00 €	214 709,60 €
	Total acréscimo de custos	211 633,60 €	214 709,60 €	0,00 €	214 709,60 €
	Total custos diferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

- Análise da correta aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, validando os cálculos relacionados com a especialização das remunerações a liquidar (férias, subsídio de férias, horas extraordinárias e outros abonos);
- Validação do valor registado em proveitos diferidos associado aos "Subsídios ao Investimento", tendo em atenção os respetivos mapas de suporte e comparando o valor do saldo com o valor líquido dos bens associados, conforme o quadro seguinte:

Subsídio ao Investimento						
BEM	Valor Aquisição	Amort. Acumulada 2015	Valor Líquido 2015	% Apoio	Valor 2745 2015	Diferença
PALÁCIO DA RUA DO ESMERALDO	2 282 052,75	-407 301,88	1 874 750,87	100%	1 874 750,87	0,00
Total	2 282 052,75	-407 301,88	1 874 750,87		1 874 750,87	0,00

No ponto 4.8.2 seguinte conferimos o valor do incentivo registado em proveitos para compensação das amortizações decorrentes deste bem.

b

4.3.3. Revisão Analítica

A principal movimentação nas contas de especialização diz respeito à imputação do subsídio ao investimento a proveitos no valor de 25 mil euros.

4.4. Fundos Próprios

4.4.1. Identificação das Contas

Fundos Próprios (TC - OE)						
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dec15	Saldo em 31Dec14	Amostra ABC Valor e	Amostra ABC % a 31Dec15	N.º Processos Analisados	(Valores em Euros) Var. 31Dec15 vs 31Dec14
FUNDOS PRÓPRIOS						
Fundos Próprios - Património Inicial	1 341 295,29	1 341 295,29		0,0%		0,00
Fundos Próprios - Reservas / Subsídios	0,00	0,00				0,00
Fundos Próprios - Reservas / Doações	0,00	0,00				0,00
Fundos Próprios - Resultados Transitados	-301 563,82	-273 771,41	-27 792,41	10,2%	1	-27 792,41
Fundos Próprios - Resultado Líquido do exercício	-3 970,06	-27 792,41		0,0%		23 822,35
Total	1 035 761,41	1 039 731,47	-27 792,41	10,2%	1	-3 970,06

4.4.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano, conforme quadro seguinte:

FUNDOS PRÓPRIOS						
Situações	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	SF	SF validado	Diferenças
Fundo Patrimonial	1 341 295,29 €	0,00 €	0,00 €	1 341 295,29 €	1 341 295,29 €	0,00 €
Resultado líquido do exercício	-27 792,41 €	27 792,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas Decorrentes da Transf. de Activos	0,40 €	0,00 €	0,00 €	0,40 €	0,40 €	0,00 €
Resultados Transitados	-273 771,41 €	0,00 €	27 792,41 €	-301 563,82 €	-301 563,82 €	0,00 €
Total Fundos Próprios	1 039 731,07 €	27 792,41 €	27 792,41 €	1 039 731,07 €	1 039 731,07 €	0,00 €

- Não se identificaram quaisquer doações obtidas no exercício, referentes a numerário e/ou equipamentos;
- Confirmámos os movimentos da rubrica de Resultados Transitados, que respeitam à aplicação do resultado líquido do período anterior;
- Verificámos que a entidade não contabilizou em Resultados Transitados quaisquer regularizações não frequentes e de grande significado.

4.4.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2015 verificámos uma diminuição dos Fundos Próprios em cerca de 4 mil euros, motivado pelo resultado líquido negativo da sua atividade. Para além do resultado



líquido do período e da aplicação do resultado líquido negativo do ano anterior, não se identificaram quaisquer outros movimentos nas contas de Fundos Próprios.

4.5. Custos com o Pessoal

4.5.1. Identificação das Contas

Custos com Pessoal (TC - OE)						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Pessoal	Saldo em 31.Dez15	Saldo em 31.Dez14	Amostra ABC Valor a 31.Dez15	Amostra ABC % a 31.Dez15	N.º Processos Analisados	Var. 31.Dez15 vs 31.Dez14
CUSTOS COM PESSOAL - CP						
CP - Remunerações Órgãos Diretivos	33 466,04	31 197,81	1 144,79	3,4%	1	2 268,23
CP - Remunerações ao Pessoal	779 855,78	673 712,03	20 038,47	2,6%	1	106 143,75
CP - Encargos Sobre Remunerações	179 958,07	162 609,40	4 148,15	2,3%	1	17 348,67
CP - Outros	0,00	2 379,79	0,00		0	-2 379,79
Total	993 279,89	869 899,03	25 331,41	2,6%	3	123 380,86

4.5.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos e teste ao processamento de ordenados do mês de Dezembro, validando os valores de ordenados base e suplementos, os cálculos dos descontos legais e os valores finais a pagar;
- Teste à consistência do processamento de remunerações do mês de Dezembro e os registos contabilísticos associados;

4.5.3. Revisão Analítica

Durante o ano de 2015, verificou-se um acréscimo de 123 mil euros nos custos com o pessoal, motivados fundamentalmente pelo acréscimo das transferências recebidas do Orçamento do Estado, que implicou que os valores suportados pelo Cofre Privativo fossem inferiores aos do ano anterior.

4.6. Outros Custos e Perdas

4.6.1. Identificação das Contas

Outros Custos e Perdas, TC - OE						
(Valores em Euros)						
Rubricas de Custos	Saldo em 31.Dez15	Saldo em 31.Dez14	Amostra ABC Valor a 31.Dez15	Amostra ABC % a 31.Dez15	N.º Processos Analisados	Var. 31.Dez15 vs 31.Dez14
CUSTOS FINANCEIROS						
Amort. Investimentos Imóveis	894,06	894,06	894,06	100,0%	1	0,00
Subtotal	894,06	894,06	894,06	100,0%	1	0,00
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS						
CPE - Conexões de Exerc. Anteriores	1 715,35	45 467,80	1 694,00	98,8%	1	-43 752,45
Subtotal	1 715,35	45 467,80	1 694,00	98,8%	1	-43 752,45
Total	2 609,41	46 361,86	2 588,06	99,2%	2	-43 752,45



b

4.6.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Verificação das principais operações registadas nestas rubricas.

4.6.3. Revisão Analítica

O saldo da rubrica de Custos Financeiros respeita à amortização do edifício que está contabilizado como Investimento Financeiro em Imóveis - ver ponto 4.1 anterior

O saldo da rubrica de Custos e Perdas Extraordinárias diz fundamentalmente respeito a correções de exercícios anteriores e refere-se à insuficiência da especialização do subsídio de férias de 2014, processado e pago em 2015.

4.7. Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

4.7.1. Identificação das Contas

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS (TC - OE)						
Rubricas das Contas	Saldo em 31Dez15	Saldo em 31Dez14	Amostra ABC Valor a 31Dez15	Amostra ABC % a 31Dez15	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez15 vs 31Dez14
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS (TC - OE)						
Orçamento de Estado	974 245,13	887 076,61	974 245,13	100,0%	1	87 168,52
Total	974 245,13	887 076,61	974 245,13	100,0%	1	87 168,52

4.7.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram analisados os movimentos ocorridos durante o ano, verificando a conformidade dos valores recebidos, através do Mapa do Pedido de Libertação de Créditos do mês de Dezembro. À data do presente relatório ainda não nos foi facultada a certidão de verbas emitida pela DGO (Balancete de Pagamentos).

4.7.3. Revisão Analítica

Verificou-se um aumento em cerca de 87 mil euros em relação às transferências do orçamento de estado que se verificaram no ano anterior. Este aumento permitiu uma melhoria do resultado líquido do ano de 2015.



4.8. Outros Proveitos e Ganhos

4.8.1. Identificação das Contas

Outros Proveitos e Ganhos TC - OE						
Rubricas de Proveitos	(Valores em Euros)					
	Saldo em 31Dez15	Saldo em 31Dez14	Amostra ABC Valor a 31Dez15	Amostra ABC % a 31Dez15	N.º Processos Analisados	Var. 31Dez15 vs 31Dez14
PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS						
Proveitos Extr. - Correções de Exerc. Anteriores.	17 674,11	1 391,87	17 652,76	99,9%	1	16 282,24
Proveitos Extr. - Tranf. Capital Obtidas	25 334,47	25 334,47	25 334,47	100,0%	1	0,00
Total	43 008,58	26 726,34	42 987,23	100,0%	2	16 282,24

4.8.2. Procedimentos Realizados

Nesta área foram realizados principalmente os seguintes procedimentos:

- Análise dos movimentos ocorridos durante o ano;
- Verificação das principais operações registadas nestas rubricas (base amostra);
- Validação do valor registado em proveitos associado às "Transferências de capital obtidas", tendo em atenção os respetivos mapas de suporte e identificação dos bens associados, conforme o quadro seguinte:

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO						
Programas / Projectos	DADOS SUBSÍDIOS			AO INVESTIMENTO		
	Valor transferido de 2014	Correções montantes transferidos	Subsídios aprovados em 2015	Amortizações em 2015	Amort. anos anteriores não imputadas	Saldo final de 2015
Plano Esmeraldo - Aquisição por OE	1 900 085,34	0,00	0,00	25 334,47	0,00	1 874 750,87
SOMA	1 900 085,34	0,00	0,00	25 334,47	0,00	1 874 750,87
Conta	2748			7983	89	2748
Sub. Investim./	1 900 085,34 €			25 334,47		1 874 750,87
Obs.	OK			OK	OK	OK

4.8.3. Revisão Analítica

A conta Correções de Exercícios Anteriores apresenta um saldo de 17.674,11€ e refere-se essencialmente a regularização da especialização de férias do ano anterior.

O valor associado às "Transferências de capital obtidas" de € 25 334, decorre do relatado nos pontos 4.1.2 e 4.8.2 anteriores.



b

5. PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Os procedimentos pré-contratuais realizados pela Secção Regional da Madeira estão sujeitos ao cumprimento do disposto no Código da Contratação Pública. Foram analisados 4 processos de contratação, designadamente:

- ✓ Prestação de serviços de limpeza do Edifício Sede;
- ✓ Serviços de segurança, vigilância e receção da Sede;
- ✓ O procedimento de contratação da plataforma no âmbito da aplicação GeRFip;
- ✓ Contrato de seguros, nas modalidades de incêndio e multi-riscos para o novo edifício-Sede.

Apresenta-se de seguida as verificações efetuadas e as conclusões de auditoria relativamente a estes quatro processos realizados pela Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas:

1 - Prestação de serviços de limpeza do Edifício Sede

O procedimento escolhido para formação deste contrato foi de ajuste direto (o preço base é 22.800 euros), encontrando-se enquadrado na alínea a) do nº 1 do artigo 16º, artigo 18º e alínea a) do artigo 20º e artigos 112º a 127º todos do CCP, tendo a decisão de contratar sido tomada pelo Conselho Administrativo da SRMTC, no uso de competência própria. Foi realizado o pedido de parecer prévio vinculativo à decisão de contratar, tendo o mesmo sido obtido. Foram convidadas 4 entidades a apresentar proposta e apresentadas 3 propostas, tendo sido adjudicado a 6-11-2013 pelo Conselho Administrativo da SRMTC. O contrato foi celebrado em 29 de Nov de 2013.

2 - Serviços de segurança, vigilância e receção da Sede

Este procedimento de ajuste direto encontra enquadramento na alínea a) do nº 1 do artigo 16º, artigo 18º e alínea a) do artigo 20º todos do CCP, tendo a decisão de contratar sido tomada pelo Conselho Administrativo da SRMTC, no uso de competência própria. Foi realizado o pedido de parecer prévio vinculativo à decisão de contratar tendo o mesmo sido obtido. Foram convidadas 6 entidades a apresentar proposta e apresentadas 3 propostas, o despacho de adjudicação foi proferido a 16-07-2013 e o contrato foi celebrado em 1 de Agosto de 2013.

3 - Procedimento de contratação da plataforma no âmbito da aplicação GeRFip.

Este procedimento foi desencadeado pela DGTC, cabendo à SRM apenas suportar o inerente encargo financeiro. Foi celebrado contrato de adesão entre a Direção Geral do Tribunal de Contas e Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), estando



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, Lda.

incluída a Secção Regional da Madeira, tendo sido considerada contratação excluída ao abrigo do artigo 5º do CCP.

4 - Contrato de seguros, nas modalidades de incêndio e multi-riscos para o novo edifício-Sede.

Para a contratação deste seguro foi adotado um procedimento de consulta prévia a três entidades, ao abrigo da alínea b) do artigo 81º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho, a abertura deste procedimento, o modelo de convite e a adjudicação e a outorga do contrato foram devidamente autorizados.

Este contrato produz efeitos desde janeiro de 2001, mantendo-se ainda em vigor em 2015. Tendo em atenção que este contrato se mantém há mais de treze anos e atendendo ao disposto no artigo 16º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, em conjugação com artigo 48º do Código dos Contratos Públicos, somos de opinião que deveria ser ponderada a submissão ao mercado.

No âmbito dos procedimentos analisados, acima referenciados, é nossa opinião de que os mesmos se encontram em conformidade com o quadro normativo vigente, ressalvando a necessidade de ponderar a submissão ao mercado do contrato de seguros, face à sua antiguidade.

V – Relatório de Gestão

Foi analisado e apreciado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho Administrativo, o qual reflete, em nosso entender, uma descrição fiel das atividades realizadas durante o período de 2015 pelo **Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira - Cofre Privativo e Orçamento de Estado**.

Lisboa, 10 de Março de 2016,

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.V.M.

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681



b

VI – Anexos**1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - COFRE PRIVATIVO**
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS EM 31-12-2015
COFRE

(valores em Euros)

CÓDIGO DE CONTAS	DESIGNAÇÃO	NOTAS PARA RELATÓRIO	EXERCÍCIO			
			2015	2014		
CUSTOS E PERDAS						
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	3.2	4 843,58 €	4 843,58 €	5 359,42 €	5 359,42 €
62	Fornecimentos e Serviços Externos	3.9		163 326,50 €		163 616,22 €
64	Custos com o Pessoal					
641/642	Remunerações do pessoal	3.10	569 020,40 €		689 602,38 €	
643	Pensões					
645	Encargos sobre Remunerações	3.10	134 305,67 €		168 470,64 €	
646	Seguros de Acidentes de Trabalho	3.10	849,58 €		849,58 €	
647	Encargos Sociais Voluntários					
648	Outros Custos com o Pessoal	3.10	9 409,19 €	713 584,84 €	1 920,80 €	860 843,40 €
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais					
66	Amortizações de Exercício	3.1	44 977,23 €		44 004,78 €	
67	Provisões do Exercício	3.6	916,06 €	45 893,29 €	157,50 €	44 162,28 €
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	3.11	492,34 €	492,34 €	2 062,06 €	2 062,06 €
	(A)			928 140,55 €		1 076 043,38 €
68	Custos e Perdas Financeiras					
	(C)			928 140,55 €		1 076 043,38 €
69	Custos e Perdas Extraordinárias	3.11		5 561,99 €		41 827,05 €
	(E)			933 702,54 €		1 117 870,43 €
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício					
	(G)			933 702,54 €		1 117 870,43 €
88	Resultado Líquido do Exercício	3.7		-355 377,35 €		-520 701,69 €
				578 325,19 €		597 168,74 €
PROVEITOS E GANHOS						
71	Vendas e Prestações de Serviços					
72	Impostos e Taxas	3.12	546 541,78 €		548 578,93 €	
73	Proveitos Suplementares	3.13	10 785,82 €		4 440,00 €	
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos:					
741	Transferências - Tesouro					
742	Transferências Correntes Obtidas					
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais			557 327,60 €		553 018,93 €
	(B)			557 327,60 €		553 018,93 €
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	3.13		2 005,94 €		8 211,66 €
	(D)			559 333,54 €		561 230,59 €
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.13		18 991,65 €		35 938,15 €
	(F)			578 325,19 €		597 168,74 €
Resumo:						
Resultados operacionais: (B) - (A) =				-370 812,95 €		-523 024,45 €
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =				2 005,94 €		8 211,66 €
Resultados correntes: (D) - (C) =				-368 807,01 €		-514 812,79 €
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =				-355 377,35 €		-520 701,69 €
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =				-355 377,35 €		-520 701,69 €



Tribunal de Contas
Seção Regional da Madeira



Av. João Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisões
Costa & Associados
Oficinas da Contas, Lda.

2. BALANÇO - COFRE PRIVATIVO

BALANÇO DA SEÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS EM 31-12-2015
COFRE

CÓDIGO DA CONTA	DESIGNAÇÃO	NOTAS PARA RELATÓRIO	2015		2014		COMO DA CONTA	DESIGNAÇÃO	NOTAS PARA RELATÓRIO	2015	2014
			ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES	ATIVO LIQUIDO	ATIVO LIQUIDO					
ATIVO											
IMOBILIZADO											
433	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS										
	Propriedade Industrial e Outros Direitos	3.1	0,40 €	0,40 €			51	FUNDOS PRÓPRIOS	3.7	3 691 318,32 €	3 691 318,32 €
			0,40 €	0,40 €			576	Reservas	3.7	0,40 €	0,40 €
421	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						579	Doações			
	Terrenos e Recursos Naturais	3.1	412 891,07 €	412 891,07 €	412 891,07 €		59	Resultados Transferidos	3.7	55 648,36 €	576 350,05 €
	Edifícios e Outras Construções	3.1	1 400 712,67 €	288 415,91 €	1 111 796,76 €	1 177 459,16 €	88	Resultado Líquido do Exercício	3.7	355 377,35 €	520 201,69 €
	Equipamento Básico	3.1	186 079,11 €	37 990,82 €	148 088,29 €	50 042,17 €		PASSIVO			
	Equipamento de Transporte	3.1	27 155,00 €	17 820,47 €	9 334,53 €	12 728,91 €	29	Provisões para Riscos e Encargos			
	Ferramentas e Utensílios	3.1	108 708,06 €	91 653,78 €	17 054,28 €	16 790,12 €		DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
	Equipamento Administrativo	3.1	24 644,01 €	18 161,18 €	6 482,83 €	5 897,32 €	221	Fornecedores de Imobilizado C/C	3.8	4 774,10 €	
	Outras Imob. Corpóreas	3.1	4 774,10 €	4 774,10 €			24	Estado e outros Entes Públicos			
	Imobilizações em curso	3.1	2 164 464,02 €	565 039,63 €	1 599 424,39 €	1 625 808,75 €	242	Retenção Imp. S/ Rendimentos			
							243	Imposto sobre o Valor Acrescentado			
36	EXISTÊNCIAS						262	Remunerações a Pagar			
	Materiais Prontos, Substâncias e de Consumo	3.2	3 982,00 €		3 982,00 €	3 532,06 €	268	Outros credores diversos			
32	Mercadorias		3 982,00 €		3 982,00 €	3 532,06 €		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	3.5	15 192,36 €	13 377,04 €
211	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO						274	Acrescimos de custos			
	Clientes C/C	3.3	20 246,48 €		20 246,48 €	7 671,90 €		Provetas diferidos			
213	Dívidas C/C	3.3	916,06 €	916,06 €	2,07 €			TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
229	Adiantamento a fornecedores	3.3	2,07 €		2,07 €						
243	Estado e outros entes públicos	3.3									
262	Imposto sobre o Valor Acrescentado	3.3									
268	Pessoal - Outras Operações										
	Outros Devedores Diversos										
153	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS										
	Títulos de Dívida Pública	3.4	21 165,41 €	916,06 €	20 249,35 €	7 673,90 €					
			1 300 000,00 €		1 300 000,00 €	1 800 000,00 €					
			1 300 000,00 €		1 300 000,00 €	1 800 000,00 €					
13	CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTAÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA										
	Conta no Tesouro	3.4	370 858,40 €		320 858,40 €	173 126,47 €					
	Depósitos em Instituições Financeiras	3.4	2 090,00 €		2 090,00 €	2 090,00 €					
11	Caixa		322 948,40 €		322 948,40 €	175 216,47 €					
271	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
	Acrescimos de proventos	3.5	159 348,68 €		159 348,68 €	144 479,31 €					
272	Custos diferidos	3.5	5 643,37 €		5 643,37 €	5 703,63 €					
			164 992,05 €		164 992,05 €	148 132,94 €					
3.1	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			565 040,03 €							
3.6	TOTAL DAS PROVISÕES			565 040,03 €							
	TOTAL DO ATIVO		3 977 532,28 €	565 040,03 €	3 411 576,19 €	3 760 364,12 €				3 411 576,19 €	3 760 364,12 €



Tribunal de Contas
Secção Regional da Madeira

V – NOTA DE EMOLUMENTOS E OUTROS ENCARGOS

(DL n.º 66/96, de 31 de maio) ¹

AÇÃO:	Verificação Externa à Conta da Secção Regional (Cofre Privativo) Gerência de 2015
ENTIDADE FISCALIZADA:	Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas – Cofre Privativo
SUJEITO PASSIVO:	Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas – Cofre Privativo

DESCRIÇÃO	BASE DE CÁLCULO		VALOR
ENTIDADES COM RECEITAS PRÓPRIAS			
EMOLUMENTOS EM PROCESSOS DE CONTAS (n.ºs 1 e 4 do artigo 9.º)	%	RECEITA PRÓPRIA/LUCROS	VALOR
VERIFICAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/CENTRAL:	1,0	541.821,86€	5.418,22€
VERIFICAÇÃO DE CONTAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS:	0,2		0,00 €
EMOLUMENTOS EM OUTROS PROCESSOS (artigo 10.º) (CONTROLO SUCESSIVO E CONCOMITANTE)	CUSTO STANDARD a)	UNIDADES DE TEMPO	
AÇÃO FORA DA ÁREA DA RESIDÊNCIA OFICIAL:	119,99 €	-	0,00€
AÇÃO NA ÁREA DA RESIDÊNCIA OFICIAL:	88,29 €	-	0,00€
ENTIDADES SEM RECEITAS PRÓPRIAS			
EMOLUMENTOS EM PROCESSOS DE CONTAS OU EM OUTROS PROCESSOS (n.º 6 do art.º 9.º e n.º 2 do art.º 10.º):	5 x VR (b)		-
a) Cfr. a Resolução n.º 4/98 – 2.ª Secção do TC. Fixa o custo <i>standard</i> por unidade de tempo (UT). Cada UT equivale 3H30 de trabalho. b) Cfr. a Resolução n.º 3/2001 – 2.ª Secção do TC. Clarifica a determinação do valor de referência (VR), prevista no n.º 3 do art.º 2.º, determinando que o mesmo corresponde ao índice 100 da escala indiciária das carreiras de regime geral da função pública em vigor à data da deliberação do TC geradora da obrigação emolumentar. O referido índice encontra-se atualmente fixado em 343,28€ pelo n.º 2.º da Portaria n.º 1553-C/2008, publicada no DR Série I, n.º 252, 4.º Suplemento, de 31 de dezembro (atualiza em 2,9 % os índices 100 de todas as escalas salariais).	EMOLUMENTOS CALCULADOS:		5.418,22€
	LIMITES	MÁXIMO (50xVR)	17 164,00 €
	b)	MÍNIMO (5xVR)	1 716,40 €
	EMOLUMENTOS DEVIDOS:		5.418,22€
	OUTROS ENCARGOS (n.º 3 do art.º 10.º)		0,00 €
	TOTAL EMOLUMENTOS E OUTROS ENCARGOS:		5.418,22€

1) Diploma cujo art.º 1.º aprovou o regime jurídico dos emolumentos do TC, retificado pela Declaração de Retificação n.º 11-A/96, de 29 de junho, e na nova redação introduzida pela Lei n.º 139/99, de 28 de agosto, e pelo art.º 95.º da Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril.